



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
DÉBORA DE LIMA

**O SERVIÇO SOCIAL NA TRAJETORIA DA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL DO EDUCANDÁRIO
SANTA CATARINA**

Palhoça
2010

DÉBORA DE LIMA

**O SERVIÇO SOCIAL NA TRAJETÓRIA DA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL DO EDUCANDÁRIO
SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentando ao curso de Serviço Social, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Darlene de Moraes da Silveira

Palhoça

2010

DÉBORA DE LIMA

**O SERVIÇO SOCIAL NA TRAJETÓRIA DA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL DO EDUCANDÁRIO
SANTA CATARINA**

Este Trabalho de conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo curso de Serviço Social da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça 22 de junho de 2010

Profª e orientadora Darlene de Moraes da Silveira, Drª
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

Profª Ivana Marcomim , M.Sc.
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

Psicóloga Ana Paula Farias
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

Dedico este trabalho à minha família, fonte de amor e de coragem, e apoio seguro nas horas incertas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, porto seguro em todos os momentos da minha caminhada, fonte inspiradora e consoladora nos momentos de angústia e ansiedade, e luz constante a me conduzir e orientar diante de minhas escolhas.

À minha família, que em meio a todas as dificuldades sempre esteve presente com o seu apoio e afeto, me incentivando e torcendo pela realização desse sonho. Aos meus pais, meus irmãos, meu cunhado e, em especial, à luz da minha vida: minha sobrinha e afilhada Maria Luisa, que através do seu sorriso, da sua alegria e do seu amor, me fortaleceram, para enfrentar esse desafio. Amo-te!

Às minhas amigas: Ana, Dayana e Jessy, que ao longo desses quatro anos se tornaram minha segunda família – pela presença, amizade, companheirismo, cumplicidade, confiança, parceria, carinho e muitas alegrias divididas durante esse tempo, pelo aprendizado mútuo que tivemos em todos os sentidos e por se tornarem para sempre parte indispensável da minha vida, muito obrigada!

À minha orientadora, Darlene de Moraes da Silveira, pela competência, orientação e atenção dispensadas na fase de construção deste trabalho, pelo seu apoio e amizade.

A todos os professores e professoras que, ao longo desses quatro anos, contribuíram e fizeram parte desse processo de aprendizado, e que, pelo conhecimento tão generosamente partilhado, permanecerão presentes na minha memória.

Às minhas supervisoras de campo no Educandário Santa Catarina, as Assistentes Sociais Liliane e Rejane. Liliane, que me acolheu e me acompanhou nos primeiros passos de adaptação e de reconhecimento do campo de estágio, pelo seu exemplo profissional e dedicação em me proporcionar o espaço adequado para o meu aprendizado; e a Assistente Social Rejane, que me acompanhou desde o início da elaboração deste tema, ainda como projeto, bem como pela indicação da temática a ser trabalhada, estando, em todos os momentos, me apoiando e me incentivando, através do seu testemunho profissional, a não desanimar diante dos desafios e, ao longo desse período, construindo mais do que um vínculo profissional, uma sólida amizade.

A toda equipe do Educandário Santa Catarina, que de uma forma ou de outra colaboraram para a realização desse trabalho.

Enfim a todos que estiveram presentes ou mesmo distantes participaram e contribuíram para o meu crescimento humano e profissional.

"Quando o homem aprender a respeitar até o menor ser da Criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisará ensiná-lo a amar seu semelhante" (Albert Schweitzer)

LIMA, Débora de. **O Serviço Social na Trajetória de Criação e de Implantação do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental do Educandário Santa Catarina**. 2010.69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça 2010.

RESUMO

O Serviço Social é uma profissão que está inserida em espaços sócio-ocupacionais, com o propósito de elaborar e implantar estratégias para responder às diversas expressões da questão social. A questão ambiental surge, na atualidade, como importante área temática a ser assumida pelo Serviço Social, uma vez que a garantia da qualidade de vida e dos direitos sociais da população depende diretamente da qualidade do meio ambiente em que elas estão inseridas. O Serviço Social, no Educandário Santa Catarina, exerce um papel relevante e importante, trabalhando diretamente com uma comunidade constituída, em sua maioria, por famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social. A partir das demandas, busca-se desenvolver um trabalho qualificado, pautado nos princípios éticos e políticos da profissão, atuando no enfrentamento das diversas expressões da questão social. O Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental do Educandário Santa Catarina caracteriza-se por uma necessidade e alternativa apresentada à Instituição, para desenvolver atividades e ações voltadas para a sustentabilidade econômica, social e ambiental, desenvolvendo um trabalho de educação e conscientização em relação à questão ambiental. O estudo, que ora se apresenta, resulta da experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social e a efetiva participação na elaboração e implementação do Projeto em tela. Este trabalho contextualiza o Educandário Santa Catarina e tem como referencial teórico a articulação entre a educação ambiental e o Serviço Social, o desenvolvimento sustentável e a temática socioambiental. Foram realizadas pesquisas, estudos bibliográficos e documentais, considerando o referencial teórico a respeito da temática, assim como o acompanhamento e análise das ações realizadas em torno do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Instituição.

Palavras-chave: Serviço Social, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Educação Ambiental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Realização da “Tarde do meio ambiente”	53
Fotografia 2 – Realização da “Tarde do meio ambiente”	53
Fotografia 3 – Realização da “Tarde do meio ambiente”	53
Fotografia 4 – Realização da “Tarde do meio ambiente”	53
Fotografia 5 - Realização da “Tarde do meio ambiente”	54
Fotografia 6 - Realização da “Tarde do meio ambiente”	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Principais Fontes de Recursos.....	19
Gráfico 2- Principais Itens de Despesa.....	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projetos desenvolvidos.....	17
Tabela 2 – Grupos de atividades: descrição.....	18
Tabela 3 – Parceiros e Tipo de Relação.....	20

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da criança e do adolescente
ESC	Educandário Santa Catarina
FIA	Fundo para a Infância e Adolescência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
ONG	Organização Não Governamental
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
SAS	Sistema de Atendimento Social
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA	15
2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	15
2.2 O SERVIÇO SOCIAL NO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.....	23
3 O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL NO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.....	30
3.1 A INTERLOCUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A TEMÁTICA MEIO AMBIENTE.....	30
3.2 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL NO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.....	40
3.3 A TRAJETORIA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL NO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.....	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
5 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	63
6 ANEXO	69

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto da prática profissional em Serviço Social da Unisul – Unidade Pedra Branca, a partir da experiência de estágio curricular obrigatório, após a execução do projeto de intervenção realizado no Educandário Santa Catarina, desenvolvido na área de captação de recursos, no período de setembro de 2008 a dezembro de 2009.

O trabalho de conclusão de curso que ora se apresenta tem por objetivo analisar a atuação do Serviço Social na trajetória da criação e implantação do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental.

Os procedimentos para a elaboração deste estudo estão pautados em uma pesquisa do tipo documental, onde foram acessados documentos, tais como: diário de campo, relatório institucional, projetos institucionais, projeto de intervenção, textos oferecidos no decorrer do curso tratando sobre a temática – tanto no âmbito do Serviço Social, como de outras áreas do conhecimento –, sendo, dessa forma uma pesquisa bibliográfica.

Para a realização da pesquisa bibliográfica, foram utilizados autores do Serviço Social como: Marilda Villela Iamamoto, Maria Lúcia Martinelli, Joaquina Barata Teixeira de Andrade, Myrian Vera Baptista, Yolanda Guerra, entre outros; e quanto aos instrumentos técnicos do Serviço Social, foi feito uso da informática, da observação; realização de reuniões e elaboração de relatórios.

Dessa forma, para a apresentação do histórico institucional e atuação do Serviço Social na Instituição, foram utilizados, como fonte de pesquisa, o próprio Histórico institucional realizado durante o período de estágio, e documentos institucionais. Para a descrição da construção do projeto de desenvolvimento sócio ambiental e análise da atuação do Serviço Social na trajetória de implantação do projeto, foram acessados diários de campo, relatórios, projetos institucionais, projeto de intervenção, bem como textos auxiliares dentro da temática meio ambiente e Serviço Social, e em outras áreas do conhecimento.

No Educandário Santa Catarina, a discussão referente à educação ambiental surgiu a partir do estágio em Serviço Social, com o estímulo e apoio técnico da Assistente Social responsável pela supervisão de campo. Percebeu-se a necessidade de implantar um projeto, onde estivessem articuladas quatro ações, quais sejam: criação de uma horta, reciclagem de papel, compostagem e confecção de bolsa de lona, a partir de uma necessidade e preocupação da Instituição com o seu desenvolvimento econômico e sócio ambiental.

O Educandário Santa Catarina é uma entidade situada em uma área verde de aproximadamente 248.992,50 m², que se preocupa com as transformações globais de ordem ambiental, bem como as consequências do desmatamento, efeito estufa e aquecimento global e, desde sua fundação, ocupa-se com questões de desenvolvimento sustentável.

Este termo, hoje, é compreendido como posto na Declaração de Joanesburgo (2002), a partir dos três pilares interdependentes:

- desenvolvimento econômico,
- desenvolvimento social,
- proteção ambiental.

A definição mais comumente utilizada para desenvolvimento sustentável é aquela em que o desenvolvimento é capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

É comum a disseminação da ideia de que o desenvolvimento esteja ligado com crescimento econômico, e este, do consumo crescente de energia e recursos naturais. Contudo, este tipo de ideologia se revela, em nossos dias, insustentáveis, pois produz automaticamente o esgotamento dos recursos naturais dos quais depende a sobrevivência da humanidade.

Em contrapartida, a proposta do desenvolvimento sustentável sugere a qualidade em vez da quantidade, diminuindo o uso de matérias-primas e produtos, e aumentando a reutilização e a reciclagem.

Desenvolvimento sustentável refere-se à melhoria da qualidade de vida humana, respeitando-se, ao mesmo tempo, os limites da capacidade de fornecimento dos ecossistemas nos quais vivemos. Uma economia sustentável, dessa forma, só pode existir sendo fruto de um desenvolvimento que tem como prioridade conservar suas fontes de recursos naturais, através da adaptação e do aprimoramento dos conhecimentos, na organização, na eficácia e na sabedoria da utilização desses recursos.

Diante dos fatores expostos – e da proposta do projeto de desenvolvimento sócio ambiental implantado no Educandário Santa Catarina –, surgiu a necessidade de se conhecer as primeiras iniciativas e ações relacionadas à questão ambiental e ao seu desenvolvimento socioeconômico dentro da Instituição, e de que forma o Serviço Social contribuiu e esteve presente nesse processo até os dias atuais.

Pretende-se ter, como tema de estudo, o Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental na Instituição e, assim, contribuir para que as ações já realizadas nessa área tenham sua continuidade e eficácia.

É importante para o Serviço Social enfatizar que o presente estudo apresenta indiscutível importância, pelo fato de permitir um estudo teórico para a reflexão/debate sobre a prática profissional de um assistente social na implantação de um projeto de desenvolvimento sócio ambiental, temática esta ainda pouco discutida pela categoria.

Ressalte-se que o presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende demonstrar, através de bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, as suas ações, bem como os procedimentos para se chegar aos resultados da implantação do projeto, bem como sobre a importância do Serviço Social nas ações desenvolvidas em uma instituição não governamental de assistência social e de educação (infantil/complementar) para crianças da grande Florianópolis.

Tal estudo dará uma maior visibilidade ao trabalho institucional que vem sendo desenvolvido pelo Serviço Social dentro da área de captação de recursos, com projetos que visam à manutenção e ampliação das atividades realizadas.

O trabalho de Conclusão de Curso está dividido em quatro capítulos: o primeiro é este, o da Introdução. No segundo capítulo, contextualiza-se o Educandário Santa Catarina como instituição filantrópica sem fins lucrativos, sua trajetória ao longo dos anos, bem como o trabalho desenvolvido na atualidade. Situa, ainda, o Serviço Social dentro da Instituição, suas principais atribuições e o trabalho desenvolvido dentro de uma equipe multidisciplinar.

No terceiro capítulo, abordam-se a interlocução do Serviço Social com a temática meio ambiente, suas principais bases teóricas, e os desafios postos da atualidade frente a este campo de atuação. Descreve-se, ainda, todo o processo de construção e implantação do Projeto de intervenção do estágio curricular obrigatório em Serviço Social na Instituição, tendo como temática principal o Serviço Social e a questão ambiental.

No quarto capítulo são apresentadas as considerações finais, a partir do processo construído, o qual servirá para repensar a atuação do Serviço Social frente à temática do meio ambiente, bem como uma análise crítica dos objetivos propostos e os que foram alcançados.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA

O objetivo deste capítulo é contextualizar o espaço institucional. Primeiramente apresenta-se o histórico do Educandário Santa Catarina, sua origem e mudanças ao longo dos anos, bem como o trabalho que hoje é desenvolvido e, em um segundo momento, o campo de trabalho e atuação do Serviço Social na Instituição.

2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O presente capítulo se inicia pela apresentação do histórico da instituição que abrigou o estágio obrigatório I em Serviço Social.

Em 12 de dezembro de 1936, no Clube 12 de Agosto, em Florianópolis, foi formada a Sociedade Eunice de Assistência aos Lázaros, com a presença do Governador do Estado Sr. Nereu de Oliveira Ramos e a Presidente da Federação de Assistência aos Lázaros, Sra. Eunice Weaver. Denominado Educandário Santa Catarina, a instituição teve, em seus objetivos iniciais, dar ao Lázaro, ou seja, à pessoa portadora do mal da Hanseníase (lepra), assistência mais humana, e às crianças nascidas com o estigma, saúde, assistência e atenção. Em 1939 foi lançada a pedra fundamental do Educandário Santa Catarina. O Educandário estava ainda em construção e os pais, por não terem aonde deixar seus filhos sadios, a Sociedade de Assistência aos Lázaros providenciou, imediatamente, a instalação do Previdenciário de Emergência, que funcionou até a inauguração do Educandário.

O Educandário é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, há 75 anos desenvolvendo seu trabalho no Bairro Roçado, no município de São José. Sua missão é prestar serviço de assistência social, educação infantil e educação complementar às crianças da Grande Florianópolis, oferecendo espaço diferenciado e aprimorando a qualidade das relações, por meio de um trabalho humanizado.

Já no dia 26 de janeiro de 1941, foram inauguradas as instalações próprias do Educandário Santa Catarina, embora não se achassem concluídas todas as obras.

Após a morte de sua fundadora, em 1965, a Sociedade de Assistências aos Lázaros passa a se chamar Sociedade Eunice Weaver.

Em 1974, o Educandário começou a ser administrado, com as atenções voltadas para o futuro das crianças/adolescentes como membros efetivos de nossa sociedade. Partindo dessa premissa, a instituição passou a oferecer cursos profissionalizantes, como o de artesanato aos jovens internos. Nessa reestruturação, foi criada a Creche Casa dos Colibris, em 1977, para atender crianças de 0 a 3 anos. Em 1978 iniciou-se a reintegração das crianças/adolescentes aos seus lares e, em 1979, o internato foi extinto.

Atualmente o Educandário atende 540 crianças da Grande Florianópolis e é administrado por uma Diretoria voluntária, contando com aproximadamente 86 funcionários. Das crianças atendidas, 430 são de 3 meses a 6 anos de idade e frequentam em período integral a educação infantil, e 110, de 6 a 11 anos a educação complementar no período de contra-turno escolar. As crianças são atendidas a partir das 7h, recebendo quatro refeições diárias, com atendimento multiprofissional correspondendo à pedagogia, Serviço Social, psicologia, serviço odontológico e de promoção à saúde, permanecendo até às 18h30min na instituição.

Tem como visão ser reconhecido pela excelência dos serviços prestados na área da criança e na valorização dos seus trabalhadores e parceiros.

As políticas sociais, a que o Educandário Santa Catarina se vincula, consistem na Assistência Social e Educação Infantil e Complementar, tendo como parâmetros normativos a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); à Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, à Lei orgânica de Assistência Social (LOAS); e à Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Entende-se por política social uma ação planejada por parte do Estado de enfrentamento das desigualdades sociais. Política social não é ajuda piedade ou voluntariado. Para Demo (1994),

“É um processo social, por meio do qual o necessitado gera consciência política de sua necessidade, e emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada”.

O Educandário Santa Catarina, como organização não-governamental e sem fins lucrativos, atua como entidade de Assistência Social pelas provisões que oferece às necessidades de proteção, “seguridade humana e defesa de direitos socioassistenciais e de equidade, através da oferta de serviços, benefícios” (SPOSATI, 2003), programas e projetos voltados a um público-alvo que tem em comuns marcas da vulnerabilidade, do risco social, da pobreza, da exclusão e da subalternidade. Trata-se de um público heterogêneo e que apresenta

necessidades protetivas diferenciadas segundo recortes etários de gênero, dependência, entre outros.

O trabalho desenvolvido com as crianças é dividido em três segmentos: Casa dos Colibris, Crescer e Despertar.

Projetos	Nº de atendidos	Faixa etária	Período de atendimento	Fontes financiadoras
Projeto Colibris	105	3 meses a 2 anos e seis meses	Integral	Recursos próprios, Empresa privada, Governamental
Projeto Crescer	325	3 a 6 anos	Integral	Recursos próprios, Empresa privada, Governamental
Projeto Despertar	110	6 a 11 anos	Contra-turno escolar	Recursos próprios, Empresa privada, Governamental

Tabela 1 – Projetos desenvolvido
Fonte primária: Educandário Santa Catarina 2008

Segmento: Criança – Educação Infantil e Educação Complementar

Principais atividades

Grupos de atividades	Descrição
Educação Infantil	Prestar serviço de educação infantil em período integral para crianças de 3 meses a 6 anos
Educação complementar	Atender crianças de 6 a 11 anos em contra-turno escolar, com atividades lúdicas, lazer e culturais. Duas turmas são coordenadas e financiadas pelo Centro Educacional Menino Jesus.
Promoção de saúde	Realizar campanhas de promoção à saúde, prestar primeiros-socorros e avaliar peso e medida das crianças atendidas na instituição.
Odontológico	Promover saúde bucal por meio de campanhas de educação

	à saúde dental, escovação e aplicação de flúor, e ações curativas em crianças de 3 meses a 11 anos.
Social	Atender famílias e trabalhadores da instituição quanto ao acesso aos direitos.
Psicológico	Prestar atendimento psicoterapêutico individual, familiar e grupal às famílias e colaboradores da instituição.

Tabela 2 – Grupos de atividades: descrição
 Fonte primária: Educandário Santa Catarina 2008

Para o desenvolvimento e manutenção do seu trabalho, o Educandário Santa Catarina conta com o plano estratégico de captação de recursos. As principais fontes institucionais são:

- Campanhas e Eventos;
- Subvenção Social municipal e estadual;
- Doações pessoas físicas e jurídicas;
- Receita Federal;
- Fundo para Infância e Adolescência (FIA);
- Sócio Mantenedor;
- Voluntários;
- Projetos executados pela instituição (Reciclagem de Papel, Artesanato e Bolsa de Banner de Lona);
- Editais nacionais e internacionais.

As principais Ferramentas de Marketing utilizadas pela instituição são:

- Mala direta;
- Placa de identificação institucional;
- Site;
- Folder institucional;
- Case institucional;
- Cartão visita institucional e dos profissionais;
- Agenda das crianças atendidas pela instituição.

Para comunicar e fidelizar os parceiros e colaboradores, a instituição utiliza as seguintes estratégias:

- Kit de boas vindas para os parceiros;
- Boletim informativo trimestral;
- Relatório anual das atividades;
- Envio de cartões de aniversário e datas comemorativas;
- Envio de cartas, cartilhas e folder elaborados pelas crianças atendidas, divulgando eventos, temas e notícias institucionais;
- Divulgação no site institucional de eventos, projetos, temas e notícias institucionais;
- Reuniões semestrais e/ou anuais na instituição com os parceiros.

Abaixo, segue o gráfico com as principais fontes de recursos e principais itens de despesas, dados estes retirados do relatório anual da instituição:

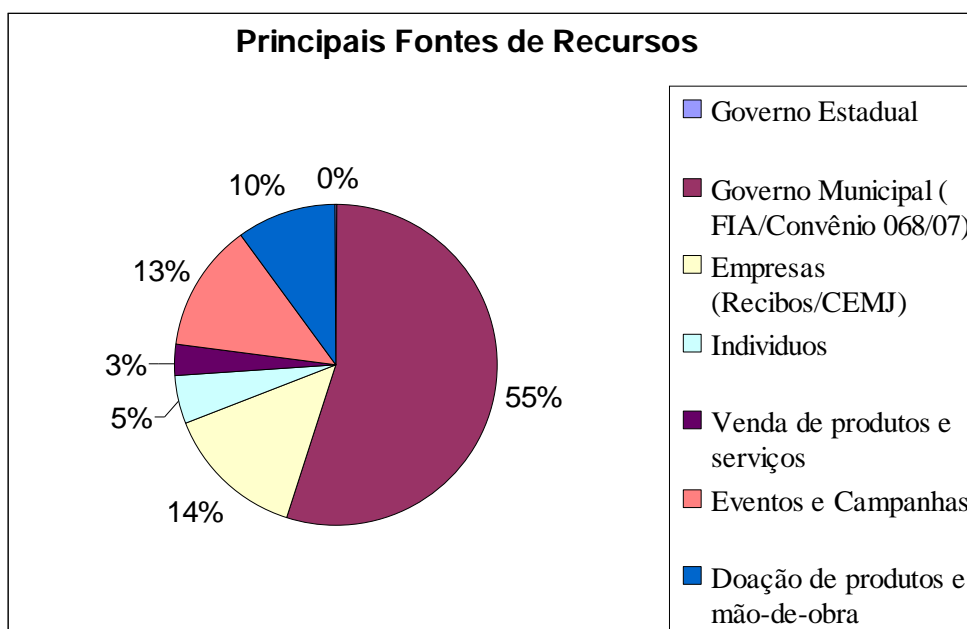


Gráfico 1: Principais Fontes de Recursos
Fonte primária: Educandário Santa Catarina 2008.

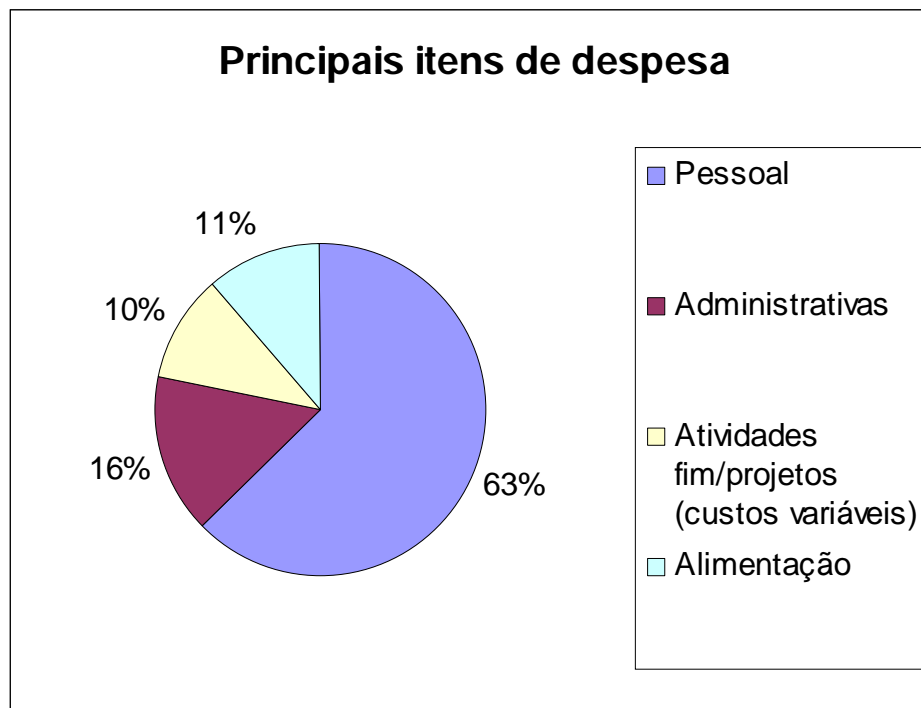


Gráfico 2: Principais itens de Despesa
Fonte primária: Educandário Santa Catarina 2008.

De acordo com o projeto de captação de recursos da instituição, toda a organização deve estar envolvida com a captação de recursos, para que os objetivos do Educandário sejam alcançados. Essa atividade deve ser compreendida por todos os funcionários da instituição.

Partindo das necessidades institucionais é que foi elaborado o Plano Estratégico de Captação de Recursos envolvendo vários parceiros pela causa.

Abaixo, segue uma tabela com um quadro de parceiros e o tipo de relação que mantêm com o Educandário:

PARCEIRO	TIPO DE RELAÇÃO
Eletrosul	FIA e Financiamento do projeto de Reciclagem.
Unisul	Assessoria técnica.
UFSC	Assessoria técnica.
Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente	FIA e participação do Educandário no espaço democrático.
Conselho Municipal de Assistência Social	Participação do Educandário no espaço democrático.
Conselho Municipal de Educação	Participação do Educandário no espaço democrático.
Cassol	Doadora mensal e participa dos eventos da

	instituição.
Governo do Estado de Santa Catarina	Disponibiliza dois profissionais e situação de emergência financeira disponibiliza recursos.
BESC	FIA e prestador de serviço.
Celesc	FIA.
ICOM	Assessoria técnica.
Zita	Doador mensal e participa na tomada de decisão e nos eventos.
Casas da Água	Doador mensal e participa na tomada de decisão e nos eventos.
Meu Cantinho	Doador mensal e de alimentos.
Portobello Multilog	FIA, doadora mensal, participa na tomada de decisões e nos eventos.
Koerich	Doador mensal e participa na tomada de decisão e nos eventos.
Koerich Construtora	Doador mensal.
Imperador Calçados	Doador mensal e eventual.
Laboratório Santa Luzia	Doador mensal e disponibiliza exames.
Colégio Alpha Objetivo	Doador mensal.
Mesa Brasil	Doador de alimentos e assessoria técnica.
Fábrica de Bordados Hoepck	Doador mensal.
Clínica odontológica Sorridente	Disponibiliza um dentista.
Dominick	Doador mensal e participa dos eventos.
Supermercado Metropolitano	Doador de alimentos.
Sistema Fiesc	Doador mensal
Sócio- Contribuinte	Contribuição.
540 Crianças	Usuários.
380 Famílias	Usuários.
Colégio Nossa Senhora da Conceição	Usuários.
Empresa de Transporte Biguaçu	Doador eventual.
Empresa de Transporte Estrela	Doador eventual.
Areia Bronze	Doador eventual.
Meurer Materiais para Construção	Fornecedores.
Fundação Mauricio S. Sobrinho	Divulga a instituição através do Portal Social.
OAB	Doador eventual.
AiBaiBia	Doador eventual.
ACIF	Doador eventual.
Igreja de Campinas	Doador eventual.
Aemflo/CDL – São José	Doador eventual.
Colégio Catarinense	Troca de experiência.
Disipam	Doador eventual.
Colégio Visão	Doador eventual.
Arquivo Contabilidade	Fornecedor
Casan	Fornecedor
Ingregel	Fornecedor
Supermercado Suprimais	Fornecedor
Tirol	Fornecedor
Papelaria Casa do Estudante	Fornecedor

Eldorado Comunicações	Fornecedor
Agreco	Fornecedor
Cerealista Souza	Fornecedor
Madeira Baia Sul	Fornecedor
Prefeitura Municipal de Florianópolis	Disponibiliza recurso e profissional.
Prefeitura Municipal de São José	Disponibiliza recurso e profissional.
Fórum Municipal de São José	Disponibiliza pessoal através do Programa de Prestação Serviço Comunitário.
Instituto Voluntários em Ação	Divulga a instituição e encaminha voluntários.
Univali	Assessoria técnica.
Universidade de São José	Assessoria técnica.
Colégio Menino Jesus	Doador mensal. Participa na tomada de decisões e nos eventos.
Voluntários	Participam do desenvolvimento institucional.
Pequenos Detalhes	Doador eventual
SC Gás	FIA doadora eventual
Polipex	Doa papel para oficinas de reciclagem
Distle	Voluntários semestral, projeto pescar.
Ar Propaganda	Assessoria e consultoria na área da comunicação

Tabela 3 – Parceiros e Tipo de Relação

Fonte primária: Educandário Santa Catarina 2008

Dessa forma as Organizações Não-Governamentais (ONGs) se apresentam como um espaço privilegiado de atuação profissional e uma nova demanda ao Serviço Social, que requer o domínio de conhecimento desse quadro sócio-econômico e da relação Estado/Sociedade, como uma ação que privilegie o acesso aos direitos e a observância dos princípios de equidade e justiça social. Ao mesmo tempo, considera-se que cabe às organizações do terceiro setor, conforme Santos (2006, p.141), “o papel de suporte à minimização das políticas sociais por parte do Estado, por meio da implantação de programas focais, em nome de uma ‘parceria’ entre Estado/Sociedade, defendida como medida de reforma do Estado”.

Diante disso, ressaltando a importância da atuação do Serviço Social dentro do Terceiro Setor e mais propriamente do Educandário Santa Catarina, se faz necessário apresentar, no próximo item, a atuação do Serviço Social na Instituição.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA

O Serviço Social é uma profissão de nível superior, que atua no campo das políticas sociais, entre estas as de assistência social. Caracteriza-se por uma prática que visa à plena expansão dos direitos e a emancipação dos usuários. O profissional de Serviço Social intervém na realidade social, entendendo-se aqui por intervenção a ação que busca a transformação da vida social.

A base fundante da profissão são as expressões da questão social, sendo esta o conjunto das expressões das desigualdades/contradições geradas pela sociedade capitalista que surge a partir da relação capital/trabalho, tornando-se o objeto de trabalho do Assistente Social. Dessa forma, o Serviço Social se torna uma profissão que está inserida na divisão social técnica do trabalho, exatamente para trabalhar no enfrentamento da questão social, planejando e gestando políticas sociais, programas e projetos sociais para a maioria da população, participando, com outros trabalhadores, nos mais diferentes processos de trabalho.

Diante dessa definição de processo de trabalho, cabe aqui situar a atuação do Serviço Social no Educandário Santa Catarina – uma ONG – e situar essa temática no contexto em que ela se insere no que diz respeito à atuação de tais instituições e do Serviço Social dentro dela frente à questão social.

Segundo Montañó (apud Santos, 2006, p.126),

o espaço das políticas sociais não implementadas pelo Estado tem sido preenchido, de forma considerável, por entidades da sociedade comumente denominadas Não-Governamentais, ou outras organizações sociais do chamado “terceiro setor”. Considera-se terceiro setor o “conjunto de instituições, ONGs, fundações etc. que, desempenhando funções públicas, encontram-se fora do Estado, no espaço de interseção entre este e o mercado, porém sem declarar fins lucrativos”.

São agrupamentos coletivos com alguma institucionalidade, as quais se definem como entidades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos e contêm alguma participação voluntária (engajamento não-remunerado, pelo menos do Conselho Diretor).

Distinguem-se do Estado/governo, do Mercado/empresas e se identificam com a sociedade civil/associativismo. Podem ser recreativas ou de assistência social como as participantes ou atuantes nas políticas públicas e na politização social. Possuem como

finalidade fortalecer a própria sociedade civil, com o objetivo de provocar micro transformações, locais ou no cotidiano, ou transformações mais globais ou sistêmicas.

Suas ações estão direcionadas para superar discriminações (de gênero, étnicas, etc) ou desigualdades (econômicas, de participação política, cultural, entre outras), ou para melhorar a qualidade de vida (saúde, meio ambiente, moradia, etc).

Paz (1997) traz como objeto de reflexão a definição de Organização Não-Governamental. Segundo a autora,

as ONGs são organizações privadas, em defesa do interesse público, particularmente dos interesses de ampla parcela dos setores sociais privados de seus direitos. São atores sociais em processo de construção de uma identidade própria. Englobam instituições voltadas para projetos de desenvolvimento, de educação, direitos humanos, assessoria dos movimentos sociais, de formulação de políticas públicas alternativas, ambientalistas, pesquisa de informação entre outros (PAZ, 1997, p.175).

Sabe-se, contudo, que há inúmeras discussões em torno deste tema como espaço de atuação do Serviço Social – opiniões diversas que questionam a sua legitimidade e outras que abordam como um novo espaço de atuação do profissional que, contudo deve ser desempenhado dentro das exigências do Código de Ética e fundamentado no projeto ético político da profissão.

Os questionamentos acontecem de forma especial em torno da relação Estado/Sociedade Civil onde, através do terceiro setor, o estado estaria se eximindo da sua responsabilidade, minimizando suas ações, passando a gestão das políticas sociais estatais a organizações que atendam ao modelo de mercado. Esses debates acontecem de forma especial em torno dos acontecimentos que marcaram o Brasil dentro de um cenário político e econômico, principalmente no final do século XX onde, segundo Santos,

cristaliza-se uma condição subalterna do país que se exime da implantação de políticas sociais que poderiam responder à crescente demanda, principalmente nas médias e grandes cidades, devido à concentração de uma população pauperizada e com acesso limitado aos bens e serviços disponíveis, ainda que frutos, no caso brasileiro, de uma luta política que trouxe para o centro do palco uma representação na forma de movimentos sociais organizados da população no sentido de combater diuturnamente as formas de exploração nesse espaço e o precário alcance das políticas sociais estatais (SANTOS, 2006, p.126).

Trata-se de um momento político e econômico, no qual se instituiu um governo federal que, conforme Santos (2006),

“Acenou com a disposição de trabalho em parceria com as ONGs, numa nítida definição de um papel de Estado minimalista, no qual uma reforma iminente busca combater uma crise que atinge a condição de vida e trabalho da classe subalternizada”.

É importante lembrar, conforme argumenta Paz (1997), que as ONGs têm como significado histórico a resistência e o enfrentamento da opressão no Brasil, desde a década de 1960.

Diz a autora

no caso brasileiro, é a partir das décadas de 60 e 70 que as ONGs começam a se formar e estruturar. Em pleno período de ditadura e repressão a qualquer tipo de organização da sociedade civil surgem as primeiras ONGs, acompanhando um movimento característico da sociedade da época de resistência e enfrentamento a todas as formas de opressão. Assim, o surgimento está imbricado ao dos movimentos sociais, da atuação da Igreja progressista, das organizações de trabalhadores, das populações excluídas e da oposição política ao regime ditatorial. (PAZ, 1997, p.176).

Contudo, a preocupação dos autores em torno deste tema consiste em argumentar sobre a compreensão das ONGs como legítimas representantes da sociedade na defesa dos cidadãos e parceira do Estado na viabilização de direitos já conquistados. Aqui entra em debate a necessidade de compreender essa relação Estado/Sociedade no que diz respeito ao modelo capitalista que se impõe, trazendo uma abordagem crítica no que se refere à transferência da responsabilidade do Estado na garantia dos direitos para a sociedade civil.

Nesse contexto Santos cita Montañó, e aborda

para o serviço social cabe, segundo o autor, sair da encruzilhada em que essa armadilha o coloca: “ou procura sua relegitimação – por meio da qualificação, da pesquisa e resposta às demandas emergentes e do enfrentamento do projeto neoliberal – ou se funde nesse processo devastador da área social”. Sair da encruzilhada significa, todavia, atuar numa frente que mantenha de forma competente “os princípios de universalidade, incondicionalidade e solidariedade das políticas sociais, denunciando e enfrentando, com competência intelectual e coragem política o modelo de reforma política” imposto no seu cotidiano. Não se trata, afinal, de um profissional que, além de executor, também atua no planejamento de programas, projetos e políticas? (MONTAÑO, apud SANTOS, 2006, p.135).

Dessa forma, o papel das ONGs no contexto atual deve estar pautado no objetivo de construir uma esfera pública, propagadora de uma nova ética, que exige a transparência dos recursos públicos, o acesso/materialização dos direitos e o controle da acumulação econômica e do desperdício.

As maiores dificuldades, hoje, para implementação de ações de cooperação e complementaridade mediante parcerias entre governos e sociedade civil, situa-se no campo da cultura política – práticas políticas tradicionais e sociedade civil pouco organizada.

É necessário que, acima de tudo, seja realizada uma atuação de fortalecimento da sociedade civil, ligada à capacidade dos sujeitos sociais de se articularem, tornando-se atores de ações coletivas amplas e impactantes na esfera pública.

Sendo assim, as ONGs têm sido mediadoras relevantes, tecendo redes entre movimentos sociais comunitários, movimentos sociais nacionais e captando o apoio de segmentos mais amplos não organizados da sociedade civil.

Dentro desse contexto o Educandário Santa Catarina como organização não governamental possui no seu quadro de funcionários o profissional de Serviço Social, sendo que a primeira assistente social contratada pela instituição foi Maria Heloisa Gomes, porém não consta nos arquivos da organização a data exata de sua atuação.

A forma de contratação das profissionais, utilizada pela instituição, se faz através do processo seletivo.

Atualmente a instituição conta com duas Assistentes Sociais: Rejane Cristina dos Passos, contratada em 09/05/2005, e Liliâne Ferreira Martins, em 09/06/2008.

As demandas do Serviço Social no Educandário consistem no atendimento à criança, à família, aos funcionários e na captação de recursos, com as seguintes expressões da questão social: solicitação de vagas, violência contra criança (física, psicológica e negligência), conflitos familiares, doenças (depressão e pânico), e elaboração de projetos que contribuam para o desenvolvimento institucional. No desenvolvimento das suas atividades, o Serviço Social se torna a porta de entrada da Instituição.

Diante disso, as ações executadas pelo Serviço Social no Educandário Santa Catarina visam enfrentar as diversas expressões da questão social, o fortalecimento das redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais, bem como a realidade do público atendido.

IAMAMOTO, (2005, p.14), define o objeto do Serviço Social nos seguintes termos

os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variada expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”.

Dessa forma, a intervenção se dá a partir das atribuições do Serviço Social pautado na Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social.

As atribuições/ações do Serviço Social no Educandário se caracterizam em:

- realizar as inscrições das crianças de três meses a seis anos com a finalidade de selecioná-las para as vagas na educação infantil, uma vez que a demanda é maior que o número de vagas disponíveis;
- elaborar pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para caracterização do público atendido: famílias e funcionários;
- atender as demandas socioeconômicas e culturais das famílias, visando à melhoria da sua qualidade de vida;
- prestar orientação ao público alvo, visando ao atendimento de suas necessidades específicas e seus direitos;
- realizar visita domiciliar com objetivo de ampliar o conhecimento da realidade sócio-econômica-familiar da criança/família/funcionários, de forma a possibilitar o acompanhamento da família como um todo;
- atender e acompanhar os Prestadores de Serviço à Comunidade, encaminhados pelo Programa Cidadão Responsável, de São José;
- buscar parcerias e articulação com instituições públicas, privadas e ONGs, objetivando o encaminhamento das famílias e funcionários aos órgãos e serviços competentes para atendimentos de suas necessidades;
- contribuir junto à Coordenação Pedagógica para a integração efetiva das famílias no cotidiano educativo;
- participar da equipe interdisciplinar, para elaboração de projetos que visem atender à demanda institucional;
- elaborar projetos para a captação de recursos, em parceria com a Coordenação Geral, para a continuidade do plano de gestão institucional;
- participar no Conselho Municipal de Assistência e Conselho Municipal da Criança e Adolescente de São José.
- e, por fim, planejar e executar as demais atividades pertinentes do Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social (SERVIÇO SOCIAL PLANO DE TRABALHO 2008) .

Na execução de suas atribuições, a instrumentalidade constitui-se uma propriedade sócio-histórica da profissão do Assistente Social. Pressupõe todo tipo de recurso necessário ao seu trabalho. Neste contexto se incluem e se articulam as dimensões ético-

políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas do Serviço Social, teorias essas que subsidiam a intervenção nas diferentes áreas (assistência, saúde, educação, empresas), diretrizes de políticas e programas sociais, entre outros.

Os instrumentos podem ser definidos como o conjunto de recursos/meios que permitem a operacionalização da ação profissional, ou como meios de acesso e/ou de abordagem dos sujeitos sociais.

Segundo Guerra, podemos definir instrumentalidade

como uma propriedade ou um determinado modo de ser que a profissão adquire dentro das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional. A instrumentalidade, como uma propriedade sócio-histórica da profissão, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais), constitui-se uma possibilidade concreta de reconhecimento social da profissão (GUERRA, 2006, p.53).

É a partir dessa definição de instrumentalidade que o Serviço Social se estrutura no Educandário Santa Catarina, buscando alterar o seu cotidiano e dos usuários atendidos, transformando as condições, os meios e os instrumentos existentes, viabilizando o alcance dos seus objetivos propostos atribuindo, dessa forma, instrumentalidade às suas ações.

Dos diversos instrumentos empregados nas mais diversas áreas de atuação do Serviço Social, os utilizados no Educandário Santa Catarina pelo Serviço Social são: a observação, entrevista, relatórios quali e quantitativos, visita domiciliar e técnicas, reuniões, estudo social, parecer social, Sistema de Atendimento Social (SAS) e informática.

Dentro das diversas expressões da questão social que atende o profissional é importante ressaltar, igualmente, a abrangência do Serviço Social na atualidade para ações como a captação de recursos, articulação com as organizações da sociedade civil e ações de educação ambiental.

Diante dessas expressões, os conhecimentos necessários ao Serviço Social na instituição consistem no conhecimento de Leis como: ECA, LOAS, Constituição Federal, LDB; uso da informática; legislação sobre captação de recursos; saúde; programas; e elaboração de projetos de âmbito público e privado – que atendam às necessidades das crianças, famílias, funcionários e instituição.

A relação do Serviço Social com os demais profissionais da Instituição se dá de maneira aberta e flexível. Existem espaços específicos onde isso ocorre como o momento de reflexão, parada pedagógica, atendimentos, eventos e ainda através do próprio contato diário.

Os critérios para o atendimento ou repasse de benefícios às famílias que procuram a Instituição acontecem de acordo com a situação de vulnerabilidade (físico, financeiro e emocional); renda familiar de até três salários mínimos, podendo ultrapassar, dependendo da realidade social da família.

Pode-se concluir que o setor de Serviço Social no Educandário Santa Catarina exerce um papel relevante e importante, trabalhando diretamente com uma comunidade constituída, em sua maioria, por famílias em situação de vulnerabilidade social que, a partir de suas demandas, busca desenvolver um trabalho qualificado, pautado nos princípios éticos e políticos da profissão, atuando no enfrentamento das diversas expressões da questão social.

Sobre vulnerabilidade social Alves situa que

nos últimos anos, o termo vulnerabilidade social tem sido utilizado com certa frequência por grupos acadêmicos e entidades governamentais da América Latina. Esta incorporação da noção de vulnerabilidade teve forte influência de organismos internacionais, como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Bird. Parte da visibilidade dos estudos sobre vulnerabilidade social deve-se a certa insatisfação com os enfoques tradicionais sobre pobreza e com seus métodos de mensuração. Baseados exclusivamente no nível de renda monetária e em medidas fixas, como a linha de pobreza. Neste sentido, a noção de vulnerabilidade social, ao considerar a insegurança e a exposição a riscos e perturbações provocadas por eventos ou mudanças econômicas, daria uma visão mais ampla sobre as condições de vida dos grupos sociais mais pobres e, ao mesmo tempo, consideraria a disponibilidade de recursos e estratégias das próprias famílias para enfrentarem os impactos que as afetam (ALVES, 2006, p. 35).

Verifica-se, dessa forma, na cotidianidade do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, que novas expressões surgem a cada dia, exigindo um profissional crítico e propositivo, para criar sempre novas estratégias de ação, sendo este um dos temas a serem tratados no próximo item.

3 O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL NO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

Neste capítulo, contextualizam-se a temática meio ambiente e Serviço Social suas bases teóricas, discussões e desafios neste campo de atuação profissional, e dentro desta temática aborda-se todo o processo de elaboração e implantação do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental do Educandário Santa Catarina.

3.1 A INTERLOCUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A TEMÁTICA MEIO AMBIENTE

O Serviço Social é uma profissão que está inserida em espaços sócio-ocupacionais, com o propósito de elaborar e implantar estratégias para responder as diversas expressões da questão social. Neste sentido, para dar conta de toda a complexidade dessas expressões, a formação profissional deve garantir um conjunto de competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que respondam às transformações societárias.

No entender de Iamamoto (2005), essa lógica atravessa e constitui o exercício profissional do assistente social, exigindo um olhar e leitura das transformações societárias refletidas na contemporaneidade, objetivando uma prática pautada em assegurar a qualidade de serviços prestados, a universalidade dos serviços públicos e o comprometimento com os interesses coletivos da população usuária.

Contemporaneamente, o assistente social é um dos profissionais que atua na formulação, implementação, execução e gestão das políticas sociais, numa relação direta com a população usuária. Nesta perspectiva, as respostas a esses requerimentos demandam dos profissionais uma ruptura com o Serviço Social endógeno, rotineiro e burocrático, decifrando a realidade e as tendências e possibilidades que podem orientar o exercício da profissão, tornando-se um profissional com “competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais” (IAMAMOTO, 2005, p. 21).

Tal exigência constitui um dos maiores desafios postos aos assistentes sociais no presente: “desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade* e construir *propostas de*

trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional *propositivo e não só executivo* (IAMAMOTO, 2005, p. 20. – Grifo da autora).

Os profissionais devem estar atentos às diferentes manifestações da questão social, suas origens e características na realidade contemporânea, projetando o seu enfrentamento numa perspectiva de defesa dos direitos sociais, políticos e civis.

A concepção de questão social mais difundida no Serviço Social é a de CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77)

a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Dessa forma as transformações societárias desafiam os profissionais de Serviço Social no sentido de decifrar, desenvolver e apropriar-se de novos espaços ocupacionais e áreas de trabalho. Dentre estas áreas, destaca-se a questão ambiental com seus respectivos espaços ocupacionais e representados por novos sujeitos políticos.

Sabemos que, hoje, devido ao sistema econômico capitalista vigente, a problemática ambiental, enfrentada por toda humanidade, se tornou centro de discussões de diversas categorias na busca de soluções e estratégias para implantação de um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, que pode ser entendido a partir da perspectiva da utilização correta dos recursos naturais, sem pôr em risco as condições de sobrevivência das gerações futuras.

Nesse contexto, a questão ambiental é de relevante importância ao Serviço Social, por estar tratando-se de questões voltadas diretamente ao social, à coletividade e ao futuro do desenvolvimento humano, questões estas abordadas diretamente nos campos de atuação do profissional de Serviço Social.

Dentro deste enfoque, cabe ressaltar que não é mais possível desvincular o “social” do “ecológico”, pois ambos estão intimamente articulados e interligados, onde cabe justamente o papel do Assistente Social como mediador entre o “ecológico” e o “social”, pois, segundo Irigalba,

poderíamos dizer que a mediação consistiria em criar pontes, em guiar as novas formas de relação entre o “ecológico” e o “social”, entre o ser humano e seu meio,

entre o cidadão e a sociedade. Em suma, em facilitadores sociais de uma nova cultura: a participação social (IRIGALBA, 2007, p.17).

Dessa forma, observa-se que uns dos profissionais que possuem condições para atuar nesse campo são os assistentes sociais, por intervir através da participação social como um modo de relacionar o ser humano com seu entorno. Esse processo, contudo, deve ser apreendido e, para tanto, necessita de um profissional capaz de analisar seu próprio papel e buscar formação necessária em matéria ambiental, que facilite esse processo de integração do ser humano em sua dimensão social e as relações com o seu meio.

O envolvimento dos Assistentes Sociais nas questões ambientais está relacionado ao seu comprometimento com os princípios em seu Código de Ética Profissional de 1993 e que se vincula a um projeto societário, que propõe

a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1992, p.107).

Segundo Iamamoto (2005), a efetivação destes princípios remete o profissional à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício profissional cotidiano, indicam um novo modo de operar o exercício profissional. Por um novo modo de operar, entende-se a extensão do atendimento para além da demanda, que chega de imediato ao Serviço Social.

Assim entendemos que abrange também as formas de organização social para a defesa e proteção do meio ambiente como uma forma de apreender um novo campo de trabalho na atualidade, na busca por colocar em prática o princípio ético-político que norteia a profissão, propondo novas formas de análise diante das “provocações e desafios enfrentados no dia a dia do trabalho cotidiano” (IAMAMOTO, 2005, p.16).

Diante desses fatores, observa-se, no campo social, um fenômeno mundial de intensificação das desigualdades nas relações capital-trabalho, decorrente da concentração de riquezas cada vez maior nas nações desenvolvidas, resultando na deterioração da qualidade de vida nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, vitimados pela crescente exploração do ser humano.

De acordo com Andrade

não obstante um núcleo genuíno de contestação à ordem burguesa, presente na luta em defesa do meio ambiente e da sustentabilidade da reprodução social – que se manifesta reconhecendo um vínculo entre processo de produção capitalista e devastação da natureza (o qual reduz à miséria uma vasta população que tem exatamente nela a fonte de sua sustentabilidade) – o discurso do poder apropriou-se dos conceitos criados pela crítica, redefiniu-os e reelaborou as propostas para uma pretensa sustentabilidade do planeta e da vida. Dizendo melhor, o capitalismo tornou-se ecológico para que possa melhor ser predador (ANDRADE, 2004, p.191).

Isso leva a refletir sobre a insustentabilidade socioambiental dos modelos de desenvolvimento adotados pela maioria das nações, bem como sobre a crise ambiental que vem se verificando, demandando cada vez mais posturas pró-ativas na busca da transformação das relações sociais para fazer face aos problemas socioambientais.

O sistema capitalista tornou-se, ao longo do seu processo de dominação e exploração, um destruidor ambiental que leva, ao concentrar poderosas tecnologias que exploram de forma predatória os recursos naturais, a um impasse planetário. Nas últimas três décadas, a concentração de renda aumentou dramaticamente, desequilibrando profundamente a relação entre lucros e salários. E o resultado desse quadro caótico é o crescimento constante da injustiça econômica e a estagnação do desenvolvimento.

o que está se tornando evidente, já não numa visão estreita de crítica sistemática anticapitalista, mas de bom senso econômico e social, é que um sistema que sabe produzir, mas não sabe distribuir, simplesmente não é suficiente. Sobretudo se, ainda por cima, joga milhões no desemprego, dilapida o meio ambiente e remunera mais os especuladores do que os produtores (DOWBOR, 1999, p.33).

Este processo traz profundas mudanças no mundo do trabalho, refletindo nos direitos trabalhistas, onde estas e outras situações resultam no agravamento da questão social, não perdendo de vista o foco desta discussão associada ao meio ambiente, pois é nesta relação homem-natureza que se configura o mundo do trabalho, gerando, de forma desordenada, o uso dos recursos naturais para o chamado desenvolvimento-progresso, onde os menos favorecidos e alheios ao mundo da informação se sujeitam às mais diversas formas de trabalho, na garantia de sua própria sobrevivência.

Um dos desafios da atuação do Serviço Social está em decifrar o movimento da realidade, o que requisita do profissional uma qualificação que respalde a sua competência crítica, no sentido de uma atitude investigativa para a leitura da realidade, ampliando as informações e possibilidades de novas estratégias e alternativas de intervenção diante das alterações na vida em sociedade. Assim, Iamamoto (2005) defende que o perfil profissional demandado no momento presente é aquele afinado com a análise dos processos sociais, que

seja propositivo e criativo, capaz de entender a realidade, contribuindo para moldar os rumos de sua história. Entende-se que a história presente é fortemente marcada pelas questões que envolvem o meio ambiente no que tange à preservação, conservação e conscientização.

Dessa forma, a questão da preservação ambiental está relacionada diretamente ao trabalho do Assistente Social, sendo que a garantia da qualidade de vida e dos direitos básicos das populações está ligada diretamente à qualidade do meio ambiente em que elas estão inseridas. Assim, o assunto se torna presente ao universo do Serviço Social, pois envolve o relacionamento entre homem e espaço, formatando as relações sociais de acordo com a inserção de cada indivíduo no local onde vive e no ambiente socialmente construído.

Essa constante transformação do contexto econômico, político e social postos à profissão, na atualidade, requer um profissional que atue para contribuir com a conscientização da sociedade, rompendo com o sistema alienante e trabalhando para a instauração de um processo transformador na formação de uma cultura cidadã, onde todos se sintam responsáveis na construção de alternativas que englobem os âmbitos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais.

Diante desses fatores, a participação dos movimentos sociais como ação democratizadora das relações surge como fator preponderante para um movimento de construção de novas alternativas ao modelo vigente. Dessa forma, os movimentos sociais

apresentam destacado valor na sociedade moderna, por serem o instrumento coletivo consciente da construção de alternativas às nossas carências e necessidades, definidas a partir das condições de vida determinadas pela sociedade e da busca de caminhos alternativos para superá-las. Ser a expressão concreta da dinâmica de interesse, desejos e utopias coletivas lhes conferem uma dimensão de ação humana sobre a história. Quando se trata de superar um determinado problema, como por exemplo, o esgotamento dos recursos naturais, não é a utilização intensiva em si mesma que determina o que há de ser feito, mas a interpretação, sensibilização, mobilização, representação e conhecimento que se constroem no conjunto dos sujeitos e atores sociais aí envolvidos, ou seja, a apropriação social, cultural e educativa do fato (LOUREIRO, 2008, p.79).

É a partir dessas interlocuções – vendo a sociedade como um conjunto eficaz de provocar mudanças em torno de uma causa em comum –, que as questões voltadas na atualidade para a discussão das mudanças ambientais em nosso planeta perpassam como temática a ser enfrentada e assumida pela categoria, na busca da construção de estratégias locais e globais para a construção de um ambientalismo comprometido com as lutas sociais e populares, na articulação e mediação entre as diversas esferas de poder e órgãos da sociedade civil.

Para tanto é necessário e primordial a conscientização em torno das ameaças ao planeta, frutos do uso irresponsável dos recursos naturais, atendendo ao atual propósito de enriquecimento e expansão do sistema capitalista.

Diante dessa questão e na procura de estratégias de ação e mobilização da sociedade como um todo, com base em reflexões teóricas e ideológicas, se apresenta também o ecossocialismo, que segundo Löwy

trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas, a lógica do mercado e do lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do “socialismo real” – é incompatível com as exigências de preservação do meio ambiente natural. Ainda que critiquem a ideologia das correntes dominantes do movimento operário, eles sabem que os trabalhadores e as suas organizações são uma força essencial para qualquer transformação radical do sistema e para o estabelecimento de uma nova sociedade, socialista e ecológica (LÖWY, 2005, p. 47).

Observa-se que segmentos da sociedade civil, ao mesmo tempo em que possuem capacidade – se assim articulada e organizada – de reverter o quadro de caos social, são, porém, a principal vítima desse sistema, através da expansão industrial dos países desenvolvidos, acarretando diversos efeitos nocivos naturais e sociais, comprovando o lado perverso desse processo de enriquecimento.

Para Netto (1992), esse padrão de acumulação flexível reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, alterando a relação entre excluídos/incluídos, introduzindo novas formas de contratação, criando novas estratificações e discriminações entre os que vivem do trabalho.

De acordo com Penteado

desprovidos ambos de garantias sociais, como um serviço de educação de qualidade propiciador da consciência dos direitos e deveres do cidadão e do desenvolvimento da consciência cívica, que considera a presença do “outro” em cada atitude individual, estas populações pauperizadas e marginalizadas engrossam nas escolas as fileiras da repetência e da evasão. De outro lado, o ensino desenvolvido nas instituições escolares existentes, alheio à realidade em que se situam e de onde provém sua população, ajuda a fechar o “circulo do horror”. O direito à educação, enquanto garantia social, fica letra morta, existente apenas no papel. Na realidade mantém-se a ignorância, retardando-se o desenvolvimento da consciência crítica construtiva, para a qual a escola pode e deve colaborar (PENTEADO, 2001, p.31).

Nesta perspectiva, a formação profissional recai numa lógica de adequação às exigências postas pela sociedade atual e frente às questões constantes de exploração da força de trabalho e alienação da sociedade por seus direitos. Mesmo tendo que atender às novas requisições do mercado de trabalho, ao profissional cabe “desenvolver novas competências e legitimidade social para o enfrentamento das demandas emergentes”, principalmente as que se

referem às novas formas de produção e reprodução da força de trabalho. Nas palavras de Netto,

[...] a particularidade das transformações sociais se revestem numa sociedade como a nossa (a ordem tardo-burguesa periférica, a que aludi atrás) tende também a imbricar, no campo das atividades profissionais, as demandas “tradicionais” as novas, tornando o universo de usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo, e exigindo dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia operativa (NETTO, 1992, p. 120).

Surge aqui um debate de extrema importância, que discute a seriedade de uma atuação profissional voltada à questão da educação ambiental, que tenha como compromisso proporcionar uma transformação social e individual contra toda e qualquer exploração e degradação do homem e da natureza e a consciência fundamental de que a questão ambiental tem sua origem e se manifesta dentro de uma profunda crise de conflitos de interesses privados e públicos daqueles que hoje detém o poder, a fim de se beneficiarem da exploração e apropriação dos recursos naturais.

Assim Lima afirma que,

politizar a questão e a educação ambiental supõe, portanto, a consideração do educando como portador de direitos e deveres, a abordagem do meio ambiente como bem público e o tratamento do acesso a um ambiente saudável como um direito de cidadania. Contudo, esse processo de conscientização ficaria incompleto se não incorporasse e estimulasse a participação social como uma prática objetiva que transforma a consciência cidadã em ação social ou cidadania participante (LIMA, 2008, p.134).

A educação é o instrumento para a mudança gradual da sociedade capitalista para uma sociedade pautada em um desenvolvimento com bases sustentáveis. É esta interlocução sócio ambiental que permite a abertura de novas possibilidades de intervenção para o Assistente Social onde, de acordo com Rodrigues (1999), ao definir o significado de intervenção como: “estar presente”, implica o reconhecimento de um movimento intencional de ações concretas orientadas para a transformação social, tornando-se uma dimensão privilegiada da prática profissional, objetivando-se na intencionalidade da ação que articula o pensamento e o discurso, possibilitando transformar as condições da relação de produção, de organização e de vida.

Porém, pouco se tem produzido e refletido sobre a contribuição do Serviço Social na área do meio ambiente. Por se apresentar como um campo de atuação ainda não assumido de forma efetiva pela categoria, cujo tema se apresenta a muitos profissionais ainda como algo

exterior às demandas tradicionais do campo de atuação do profissional, para Yamamoto, dentro da atualidade,

o desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade (IAMAMOTO, 2005 p.75).

Dessa forma o Serviço Social tem, junto às questões ambientais, um espaço tão privilegiado como aqueles assumidos em outras áreas da sua prática profissional.

Na Constituição Federal de 1988, o inciso I do artigo 3º, da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81), define meio ambiente como *“o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”*.

Assim, entende-se que a expressão “meio ambiente” deve ser interpretada de uma forma ampla, não se referindo apenas à fauna e flora de uma região, mas a uma complexidade resultante do conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos, bem como de suas inúmeras interações que ocorrem dentro de sistemas naturais, sociais e culturais.

O Assistente Social é um profissional das mediações por excelência. Justamente por ser mediador e trabalhar com as relações sociais, possui um papel privilegiado no projeto de transformação das relações da sociedade com a natureza. Dessa forma, ressalta-se que,

para haver qualidade de vida e bem estar social, é fundamental um meio adequado, que respeite as necessidades das coletividades e, sobretudo quando se intervém, é preciso fazê-lo em colaboração com as pessoas afetadas, garantindo sua participação nesse processo. De acordo com o que foi exposto anteriormente, o Serviço Social, juntamente com a educação social e as atividades socioculturais, desempenham um papel primordial em todas essas questões (GARCIA, 2007, p.63).

As experiências recentes de atuação do Serviço Social na área ambiental são bastante variadas. Dentre as possibilidades de trabalho nessa área, podem-se citar: estudos de viabilidade de obras, quando envolvem populações que serão atingidas; estudos de impacto ambiental social, que devem ser realizados para a construção de obras de infra-estrutura (barragens, exploração de recursos naturais não renováveis e renováveis, estradas, etc.); processos de planejamento sócio ambiental em comunidades locais e/ou municípios; obras de implantação de esgotamento e moradia; transposição de comunidades (remanejamento de vilas para outros locais); processos de educação ambiental; processos de manejo ambiental de populações tradicionais e comunidades locais; planejamento e implementação da Agenda 21;

projetos de responsabilidade social que contemplem a área ambiental; projetos de gestão ambiental; desenvolvimento de comunidades sustentáveis; planos de integração regional, entre outros.

Esses dados mostram como a área ambiental é complexa e que abarca várias outras áreas e possibilidades de atuação para o Assistente Social. Ela se apresenta como uma questão colateral dentro do Serviço Social.

Embora os Assistentes Sociais vejam a importância da questão ambiental, ainda não se apropriaram dessa temática como uma área transversal e transdisciplinar de conhecimento.

Onde para Pérez é necessário,

assumir objetivos de coerência ambiental exige conhecer para onde temos de dirigir e orientar nossos hábitos, de modo que possamos nos encaminhar, no plano individual e na atividade profissional, para critérios de sustentabilidade ambiental. O Assistente Social, como muitos outros profissionais, com muita frequência esquece ou não leva em conta que, mesmo a partir de sua atividade profissional, pode contribuir para a melhoria do entorno (PÉREZ, 2007, p.37).

Essa compreensão é fundamental para a análise e compreensão da questão a respeito da sustentabilidade do desenvolvimento e de que forma o Assistente Social se apropria desse campo de atuação. De alguma forma, os assistentes sociais já vêm se apropriando e atuando nesta temática, o que lhes impõe novos desafios teóricos, estratégicos e tático-operacionais. Com sua atuação, e em conjunto com profissionais da educação e atividades sócio-culturais, podem desempenhar um papel primordial no convívio sociedade/natureza. O Serviço Social, nesta dinâmica, é essencial, respaldado pelo projeto ético-político da profissão, atendendo às necessidades da população-alvo, possibilitando a construção de conhecimento para uma sociedade sustentável.

Entre as atribuições do Assistente Social, como elaboração de projetos – sendo que estes têm uma fundamental importância – pode ser vista da seguinte forma:

é o fato de eles colocarem em prática as políticas e programas na forma de unidades de intervenção concretas. Os projetos ainda são a melhor solução para organizar ações sociais, uma vez que eles “capturam” a realidade complexa em pequenas partes, tornando-as mais compreensíveis, planejáveis e manejáveis (ARMANI, 2000, p.18).

Na gestão de programas de cunho sócio-ambientais estão ainda os estudos sociais para avaliação dos impactos ambientais causados, por exemplo, pela construção de usinas hidrelétricas ou em projetos de preservação ambiental com geração de renda.

De acordo com Miotto

o estudo social é o instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupo de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar. Na verdade, ele consiste numa utilização articulada de vários outros instrumentos, que nos permitem a abordagem dos sujeitos envolvidos na situação. Tais instrumentos são as entrevistas individuais ou conjuntas, a observação, a visita domiciliar e a análise de documentos (MIOTTO, 2001, p.153).

É através do estudo social que é possível alterar, mudar e transformar positivamente a vida das pessoas. Daí ter o técnico a responsabilidade para não incorrer em erros fatais, irreversíveis, irrecuperáveis na vida das pessoas, já que decisões importantes saem embasadas no parecer de um técnico.

O Assistente Social, por ser um profissional capacitado nas relações interpessoais e coletivas, tem sido contratado também para orientar sobre a importância da reciclagem de papel, alumínio e demais derivados, conscientizando a população usuária para o que isso pode representar como preservação ecológica e como alternativa de fonte de renda.

O seu processo de formação o torna capaz de realizar o diagnóstico socioeconômico de forma detalhada, e isto lhe dá subsídios para a sua intervenção.

Nesse contexto, o Assistente Social, dentro do campo ambiental, teria, como função e atribuição, integrar e coordenar ações destinadas a conscientizar a população sobre esse desafio e intervir com seus métodos e técnicas para, na medida do possível, conseguir minimizar esses danos na comunidade onde está inserido.

Dessa forma, segundo Garcia, compete ao Serviço Social:

- Sensibilizar os diferentes atores sociais locais em relação à problemática do meio ambiente, articulando e coordenando grupos em torno de propostas específicas de respeito por todas as espécies vivas e de busca da harmonia com a natureza, de melhoria ambiental, de modo a manter a higiene e a conservação do território habitacional e obter um melhor aproveitamento dos recursos.
- Gerar organizações de base para a gestão local, apoiando as tarefas dos municípios em matéria ambiental, desenvolvendo propostas de formação e capacitação destinadas a prevenir os problemas ambientais e manter seu meio ambiente em boas condições, assim como deter, e sempre que possível reparar, os danos causados. “O desenvolvimento deve ser compatível com a satisfação de necessidades da população, com a preservação e valorização dos recursos e do meio ambiente da sociedade, uma vez que a vida é o valor que todos deveremos cuidar” (KINERMAN, 1998:1999, apud GARCIA, 2007, p.68).

O Serviço Social, dentro das questões ambientais, ocupa, portanto, um espaço que deve ser cada vez mais apropriado, tanto pela necessidade e possibilidade de intervenção, de

acordo com as diversas demandas que se apresenta, quanto pela capacidade de mobilização junto à população, para possíveis reivindicações de seus direitos em vista de uma ameaça, bem como a defesa contra a degradação do meio ambiente, e de reeducação e conscientização da população em vista das questões ambientais.

Através desse embasamento teórico é que foi desenvolvido todo o processo de construção e implantação do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental do Educandário Santa Catarina, item este que será abordado a seguir.

3.2 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL NO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA

Inicia-se esse item a partir de uma fundamentação teórica, com a descrição de todo o processo de construção do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental, articulação necessária para a compreensão da temática desenvolvida.

O Educandário Santa Catarina é uma entidade filantrópica, de caráter assistencial e educacional, e atualmente atende 540 crianças.

A missão do Educandário é “prestar serviço de assistência social, educação infantil e educação complementar, oferecendo espaço diferenciado e aprimorando a qualidade das relações, por meio de um trabalho humanizado”.

Tem como visão “ser reconhecido pela excelência dos serviços prestados na área da criança e na valorização dos seus funcionários e parceiros”.

O Serviço Social no Educandário Santa Catarina atua na área de desenvolvimento institucional, e as ações profissionais podem ser articuladas basicamente em três processos interventivos dialeticamente articulados, a saber: os processos político-organizativos, os processos de planejamento e gestão, e os processos sócio-assistenciais.

Por desenvolvimento institucional entende-se

a visão que a organização tem do contexto social, econômico, político e cultural onde atua, seu projeto político mais amplo, a definição (ou revisão) de suas formas de atuação, métodos de intervenção na realidade e do impacto que sua ação deve ser capaz de provocar. Permite que a organização atualize seus valores e missão, analise as parcerias desejáveis e que decisões sejam tomadas no presente, levando em conta o que se quer alcançar no futuro previsto. Desta análise também decorrem decisões que dizem respeito aos aspectos internos: pessoas, procedimentos, estruturas de poder, recursos materiais, etc (REIS, 1999 p.24).

Dentro do desenvolvimento institucional está a captação de recursos, ligada diretamente à sustentabilidade econômica da instituição.

A captação de recursos é considerada atualmente como a engrenagem que move uma organização social. Sem ela, as ações não alcançam seus fins, perdendo oportunidades e expectativa de crescimento.

Com a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), também denominado planejamento estratégico, a instituição percebeu a necessidade de construir o plano de captação de recursos como estratégia para o alcance da sua sustentabilidade econômica. A organização planejou ações que possibilitassem não apenas a sustentabilidade econômica, mas também a social e ambiental.

É através do planejamento estratégico que se torna possível diagnosticar o objetivo a ser atingido.

Baptista define que

o objeto do planejamento da intervenção profissional é o segmento da realidade que lhe é proposto como desafio, é o aspecto determinado de uma realidade total sobre o qual irá formular um conjunto de reflexões e de proposições para intervenção. Sua construção e reconstrução permanente ocorrem a partir da localização da questão central a ser trabalhada e das ideias básicas que nortearão o processo (BAPTISTA, 2003, p. 31).

Dessa forma, a construção de um projeto de sustentabilidade econômica de uma instituição não pode existir sem um planejamento capaz de traçar a direção das ações.

Os projetos sociais desenvolvidos vêm ao encontro desse parecer, onde, através de propostas bem elaboradas, visam a um resultado que provoque mudanças duradouras e sustentáveis.

Assim, o planejamento é

a seleção de atividades necessárias para atender a questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso; diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação (BAPTISTA, 2003, p. 13).

Por projetos sociais, segundo Armani (2000), entende-se uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo.

É notório observar que um projeto surge sempre do desejo de algo a ser criado, que aos poucos vai tomando forma, e posteriormente vai se estruturando, passando a uma contínua construção e reconstrução da ideia principal, e se tornando fonte de constante aprendizado.

A elaboração de projetos sociais, de forma competente e profissional, é a porta de entrada para a captação de recursos com resultados efetivos para a organização e sucesso de uma intervenção social. É também um recurso técnico qualificado para a ação social, em prol da promoção da qualidade de vida e da cidadania, de forma especial aos setores excluídos e marginalizados da nossa sociedade.

Dessa forma, segundo Armani

um projeto não é apenas aquele documento formal enviado aos potenciais financiadores como instrumento para captação de recursos. Muito mais do que isso, é uma das soluções técnicas mais difundidas para que as pessoas e as organizações possam contribuir com o enfrentamento de problemas sociais de uma forma organizada, ágil e prática (ARMANI, 2000, p. 18).

Os projetos sociais dentro das organizações, de forma especial as organizações não-governamentais, estão diretamente inseridos dentro do aspecto da sustentabilidade econômica, que se tornou na atualidade o centro de diversos debates e inúmeras indagações.

Por sustentabilidade entende-se

qualquer realização prática na construção de um modelo sustentável de sociedade construída e fundamentada a partir de conceitos como solidariedade intergeracional e intraterritorial, otimização do aproveitamento dos recursos naturais, produção limpa, internalização dos custos ambientais, e valores como: respeito por todo ser vivo, respeito à natureza, equidade, prudência, austeridade e sobriedade, solidariedade, co-responsabilidade individual e coletiva (PEREZ, 2007, p. 28).

De acordo com Perez (2007), a sustentabilidade possui cinco dimensões centrais: econômica, social, ambiental, cultural e política, sendo que a sustentabilidade econômica torna-se o reflexo das demais, pois vivemos num sistema capitalista onde todos os fatores têm nele a sua origem e consequência.

As diversas críticas a este princípio surgem da perspectiva de que os interesses capitalistas estão acima de qualquer ação genuinamente voltada à luta em defesa dos interesses da sociedade e do meio ambiente, bem como da sustentabilidade da reprodução social.

Diante dessa perspectiva Andrade aborda que

há um embate político escamoteado no genérico e aparentemente unificado discurso legitimador do desenvolvimento sustentável assumido ingenuamente pela comunidade ambientalista. O antagonismo não se dá, pois, entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, mas em outro lugar. Dá-se na verdade, entre os projetos societários aos quais se vinculam as propostas de sustentabilidade do desenvolvimento (ANDRADE, 2004, p. 192).

Existe um debate em torno do qual se apresentam duas propostas: de um lado, a do sistema vigente que prioriza os seus objetivos de lucro e ampliação e, de outro, a sociedade articulada dentro das lutas de classes e de projetos sociais visando à qualidade de vida da sociedade atual e das gerações futuras, conscientes dos danos já causados ao nosso ecossistema e na busca de soluções que envolvam todos os setores, para que este quadro, já não mais reversível, não continue a se expandir.

Dessa forma, pode-se definir sustentabilidade como

um conceito sistêmico que resulta e se reflete nas atitudes das pessoas, das organizações, e está diretamente ligada à sobrevivência do planeta. Para os mais pragmáticos, ela é o ponto de intersecção entre as estratégias de negócio de uma organização e os interesses de toda a sociedade. A definição mais difundida, contudo, é a da ONU, que define sustentabilidade como “o atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades das gerações futuras (CREDIDIO, 2008, p. 18).

Faz-se urgente que seja escrito um novo capítulo da nossa história, cujo interesse político e ideológico se articule aos setores que constituem a nossa sociedade em torno de uma única questão: a de que tipo de mundo deixaremos para as gerações futuras. A situação atual exige ações urgentes e possíveis de serem implantadas. Basta a conscientização para que as mudanças de atitude, por parte da sociedade, comecem a provocar e expandir seus efeitos em prol do bem comum do nosso planeta.

Segundo Iamamoto (2005), ao realizarem suas ações, os profissionais de Serviço Social, atuando em qualquer área,

seja ao nível das Secretarias de Governo, dos bairros, das instâncias de organização e mobilização da população, das organizações não-governamentais (ONGs), exercem a função de um educador político; um educador envolvido com a política dos “ donos de poder”. Mas, é nesse campo atravessado por feixes de tensões que se trabalha e nele que são abertas inúmeras possibilidades ao exercício profissional (IAMAMOTO, 2005, pág. 79).

O Serviço Social possui um papel importante no enfrentamento aos desafios para a concretização da sustentabilidade. O caminho principal surge com uma nova visão e mudança de atitude, individual e coletiva, onde haja, em suas ações, uma nova maneira de pensar, sentir e agir com o meio ambiente, partindo do princípio que qualquer agressão feita ao ecossistema acarretará um risco ao equilíbrio ambiental.

Dessa forma, é necessária, para a atuação do profissional do Serviço Social dentro deste cenário contemporâneo, a definição clara e coerente da sua prática profissional.

Segundo Iamamoto (2005), a prática profissional do Assistente Social está situada a partir da identificação das condições e relações sociais em que se realiza sua ação, ou seja, a realidade que está inserida o indivíduo envolvido no processo de intervenção.

se falar em “prática profissional”, usualmente tem-se em mente “o que o assistente social faz”, ou seja, o conjunto de atividades que são desempenhadas pelo profissional. A leitura, hoje predominante da “prática profissional, em si mesma”, tem os seus “condicionantes”, sejam eles “internos” – os que dependem do desempenho do profissional – ou “externos” – determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realizam a prática do assistente social (IAMAMOTO, 2005, p. 94).

É justamente a partir de uma prática profissional – que tem como premissa a abordagem de qualquer realidade, levando-se em consideração todos os fatores existentes, possibilitando uma intervenção que partirá de uma atuação local –, que o assistente social poderá desenvolver um trabalho de educação e conscientização ambiental a partir da realidade em que está inserido.

Partindo dessa abordagem, segundo Gomez, compete ao Serviço Social

sensibilizar os diferentes atores sociais locais em relação à problemática do meio ambiente, articulando e coordenando grupos em torno de propostas específicas de respeito por todas as espécies vivas e de busca da harmonia com a natureza, de melhoria ambiental, de modo a manter a higiene e conservação do território habitacional e obter um melhor aproveitamento de recursos (GOMEZ, 2005, p. 59).

Essa nova proposta de trabalho, focada na questão ambiental, deve-se refletir no contexto onde se está inserido, pois como prática educativa é exercida de maneira que se trabalhe através da realidade e da totalidade de todos os sujeitos envolvidos.

Para Martinelli (1998),

em toda prática social concebida na perspectiva que estamos anunciando é verdadeiramente uma prática educativa: é expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção de seu real, de seu viver

histórico. É uma prática que se despoja da visão assimétrica dos sujeitos com os quais trabalha e que se posiciona diante deles como cidadãos, como construtores de suas próprias vidas. É, portanto, prática do encontro, da possibilidade do diálogo, da construção partilhada (MARTINELLI, 1998, pág. 147).

Dessa forma, com o objetivo de ser também um instrumento de educação e conscientização ambiental, surgiu o Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental da instituição, que executava, ao longo do tempo, atividades e ações isoladas voltadas para questão ambiental, como o desenvolvimento em sala de aula de atividades que discutiam a importância da preservação ambiental, ou mesmo o interesse de algumas professoras pela construção de uma horta escolar e a conscientização com as crianças na separação correta do lixo em sala de aula.

Somente a partir da implantação do Projeto Reciclando e Gerando Oportunidades, em parceria com a Eletrosul, foi possível visualizar um leque de ações que já haviam sendo realizadas, e outras ainda possíveis de serem implantadas, necessitando, somente possuir um elo entre si e estarem articuladas.

O projeto, acima citado e financiado pela Eletrosul, teve como objetivo a aquisição de equipamentos adequados para a criação de uma oficina de papel reciclável, onde seriam confeccionados materiais para uso interno da instituição e para sua comercialização, sendo um instrumento de conscientização ambiental para crianças e funcionários da instituição, através da reciclagem de papel, bem como de captação de recursos.

A partir daí e através do diálogo realizado com a Assistente Social Rejane, Supervisora de campo – ao longo do período de estágio e de forma especial no decorrer das orientações e supervisões –, foi possível perceber essa realidade. Assim, surgiu a proposta de desenvolver, dentro da atuação no campo de estágio, no setor de captação de recursos da instituição, um projeto de intervenção da prática profissional, com o objetivo de articular as ações que até então aconteciam isoladas dentro da questão do desenvolvimento sócio ambiental, discutido e abordado teoricamente até aqui. Dessa forma, foi elaborado o projeto de intervenção, e articulado a ele, a construção do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental da instituição. Este projeto nasceu como algo inovador e, ao mesmo tempo desafiador, pois surgiu como fruto de uma reflexão dentro da realidade institucional.

Iamamoto nos pontua que

um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (IAMAMOTTO, 2005, p. 20).

Tal projeto visa estruturar e articular as ações realizadas em torno da questão ambiental, e procurar estratégias e meios para que os projetos já em execução atinjam os seus objetivos, buscando parceiros e financiadores para a sua manutenção; sensibilizar toda a comunidade educativa em torno da questão do desenvolvimento sócio ambiental, e de uma educação de novos hábitos e valores em relação ao uso adequado dos recursos naturais que dispomos em nosso planeta; e de que forma todos nos tornamos responsáveis pelo mau uso desses recursos, buscando meios para contribuir na preservação e sustentabilidade do nosso ecossistema.

Diante desses objetivos o Serviço Social se propôs a desenvolver diversas ações para a implementação do projeto, tema este que será tratado e aprofundado teoricamente no próximo item.

3.3 A TRAJETÓRIA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL NO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA

A partir das considerações realizadas no capítulo anterior, que fundamentaram o processo de elaboração do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental no Educandário Santa Catarina, considera-se a importância, neste ítem, da descrição das ações realizadas pelo Serviço Social para a sua implantação.

O Educandário possui um projeto institucional, e nele está incluída a captação de recursos, que é uma ação interventiva do Serviço Social, que atua de forma interdisciplinar com os demais profissionais da instituição. Foi a partir deste setor de captação de recursos que se realizou, ao longo de dois semestres, o período de estágio obrigatório do curso de graduação em Serviço Social da Unisul, culminando, no último semestre, com o projeto de intervenção da prática profissional, exigência obrigatória dessa fase.

O trabalho de captação de recursos tem como propósito não apenas a aquisição de recursos materiais, humanos e financeiros para a manutenção da instituição, mas, a partir de um diagnóstico, propor e elaborar projetos inovadores que contribuam para as necessidades e interesses do público atendido.

Segundo Neto (2003),

os conceitos de plano, programa e projeto estão associados a um conjunto de ações a serem implementadas. O que diferencia tais conceitos é o nível de abrangência dessas ações. Por exemplo, o plano é mais amplo, pois compreende um elenco mais diversificado e numeroso de ações, que são desdobradas em programas, e estes, em projetos. Os projetos são, portanto, desdobramentos dos programas, e estes, de um único plano. Ou melhor, um plano contém diversos programas, e um programa, diversos projetos (NETO, 2003, p. 62).

Foi a partir desse conceito e de uma discussão na instituição, com a preocupação e a necessidade em relação ao seu desenvolvimento econômico e sócio ambiental, que se percebeu a necessidade de realizar um projeto, onde estivessem articuladas quatro ações: a criação de uma horta escolar, a reciclagem de papel, a criação de uma composteira e a confecção de bolsas de lona.

Cabe aqui um breve detalhamento a respeito de cada uma dessas ações, bem como os seus objetivos conforme consta no Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental:

- **Horta escolar:** a proposta surgiu com a finalidade de intervir na cultura alimentar e nutricional das crianças, com base no entendimento de que é possível promover a educação integral de crianças por meio das hortas escolares, incorporando a alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica, bem como para a sustentabilidade da instituição, pois através da produção e consumo do que for produzido, acarretará na diminuição das despesas com compras de hortaliças.
- **Reciclagem de papel:** visa à implantação de oficinas de reciclagem de papel, objetivando a conscientização e educação da comunidade educativa do Educandário Santa Catarina; à geração e complementação de renda das famílias atendidas pela instituição; à contribuição ambiental em relação ao reaproveitamento de papel; à produção de material de escritório (folha A4, bloco de anotação, agenda, caderno) para uso da própria Instituição e, através de parcerias com empresas, a comercialização do produto.
- **Compostagem:** esse projeto visa a diminuir o problema do lixo produzido na Instituição, oferecendo um fim alternativo para o lixo orgânico. Além disso, visa levar aos funcionários e crianças a conscientização do destino correto do lixo, desenvolvendo uma consciência ecológica sustentável, e a utilização do fertilizante produzido na horta escolar.
- **Bolsa de lona:** visa implantar oficina de confecção de bolsas retornáveis, reaproveitando o banner de lona, promovendo a conscientização e educação da comunidade educativa acerca dessas questões e, através da comercialização das bolsas confeccionadas, contribuir para a sustentabilidade financeira da organização.

Destas quatro ações, a reciclagem de papel já vinha acontecendo. Contudo, se apresentou a necessidade de que as demais ações propostas até então, voltadas para a

sustentabilidade sócio-econômica e ambiental da Instituição, acontecessem de forma integrada.

De acordo com Pérez (2005),

como alternativa ao modelo atual propõe-se um novo paradigma: o modelo de *desenvolvimento sustentável*, fundamentado na obtenção de desenvolvimento locais, nacionais e internacionais que integrem objetivos *econômicos, sociais e ambientais*. Supera-se, desse modo, a ideia de “desenvolvimento” apenas a partir do econômico, contemplando aspectos menos economicistas como *a equidade social ou a sustentabilidade ecológica* na medicação do bem-estar das pessoas (PEREZ, 2005, p. 28).

Dessa forma, o objetivo do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental surgiu como uma necessidade e alternativa para desenvolver atividades e ações voltadas para a sustentabilidade econômica e social, muito mais focada nos aspectos ambientais, sendo possível, dessa forma, serem abordados e discutidos no âmbito institucional.

As ações, acima mencionadas, passaram a ser tema de estudos, identificada no campo de estágio e propostas, como projeto de intervenção pela estagiária de Serviço Social a partir das orientações da Supervisora de campo, com o tema: “Contribuição no planejamento, organização e implementação do projeto de desenvolvimento sócio ambiental do Educandário Santa Catarina”, ressaltando ser esse também um campo de atuação do Serviço Social.

A partir do contato e encontros com as coordenadoras pedagógicas e com as pedagogas, foi possível identificar que o tema relativo à questão ambiental já vinha sendo discutido com as crianças em sala de aula, através de atividades como plano de trabalho em algumas turmas, como a que vinha acontecendo na turma do I Período B, que já trabalhava o tema: “Meio ambiente, preserve a natureza”. Segundo as professoras: *“Desde muito pequenas, pela interação com o meio natural e social no qual estão inseridas, as crianças aprendem sobre o mundo, questionando e buscando respostas às suas dúvidas e curiosidades. Optamos por este trabalho, por acreditarmos na importância da conscientização desde cedo da preservação da natureza”* (Terezinha/Juliane).

Cabe aqui o destaque para o conteúdo do Plano de Aula das professoras supracitadas, onde consta, em seus objetivos:

- Ü conscientizar as crianças e as pessoas sobre a importância da reciclagem do lixo e da participação no cuidado com o meio ambiente;
- Ü desenvolver o respeito pela ecologia;
- Ü preservar o verde, tornando-se um inspetor ecológico;

ü reconhecer a importância do solo, água, luz solar e o ar para a sobrevivência dos seres vivos (Plano de Aula 2009).

Esse diagnóstico desencadeou a proposta de construção de um projeto de desenvolvimento sócio ambiental, para associarem-se as ações já realizadas, que ocorriam sem um enfoque adequado e direcionado.

Pelo exposto, o tema se tornou alvo de interesse e trabalho do Serviço Social, por estar atuando dentro de uma instituição que trabalha diretamente com a educação, pois possibilita atingir não somente as crianças, mas todas as famílias. Oportuniza, também, desenvolver um trabalho de educação e conscientização em relação à questão ambiental, bem como captar recursos de forma sustentável através dessas ações, o que se tornou um dos objetivos.

Segundo Perez (2007), a atuação dos profissionais do Serviço Social ante o desafio da sustentabilidade se concretiza no

compromisso pessoal na vivência e transmissão de valores e comportamentos mais sustentáveis. O caminho para avançar para o modelo proposto supõe uma mudança em nossa maneira de nos situar ante a realidade. Tais mudanças afetam o estilo de vida individual e coletivo, o consumo, a saúde, o civismo, a igualdade. Uma mudança na cultura coletiva que afeta a forma de pensar, sentir e agir em nossa forma de nos relacionar com a natureza e entre nós mesmos (PEREZ, 2007, p. 30).

A questão ambiental, dessa forma, se insere num contexto muito maior que o da mera conscientização a respeito dos danos causados ao meio ambiente e do quanto somos responsáveis. Trata-se de um movimento que busca alternativas socioeconômicas, políticas e culturais, nos planos nacional e internacional. Nesse campo, o Assistente Social deve desempenhar um papel primordial de enfrentamento, pois está diante de uma dimensão fundamental: o social.

De acordo com Loureiro (2008),

o processo de desdobramento do capitalismo mundial, cuja base assenta-se na produção de mercadorias para sua reprodução, e não para a satisfação das necessidades individuais e materiais socialmente definidas, e na fragmentação da vida coletiva, levou ao ápice nossa história de degradação da qualidade de vida e do ambiente. Por isso, a ação educativa ambientalista, sem as devidas orientações políticas e teóricas, perde seu efeito transformador, por mais ricas que sejam suas propostas metodológicas e práticas (LOUREIRO, 2008, p. 78) .

Dessa forma, convém ressaltar que não se pode desvincular o debate da sustentabilidade ambiental do campo das lutas sociais e dos projetos societários que se

propõem. Por isso, é impossível separar meio ambiente das questões históricas da sociedade que mantiveram, até hoje, as formas de apropriação dos recursos naturais e que se tornaram insustentáveis, ao serem controladas pela formação social capitalista.

Para o Serviço Social, a questão da historicidade dos acontecimentos é um fator relevante e está intrinsecamente ligado ao projeto ético e político da categoria.

Trata-se de um projeto que é também um processo. Segundo Andrade (2004), surge abertura para incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar desafios emergentes.

essa compreensão é fundamental para a análise da abertura que a questão da sustentabilidade do desenvolvimento traz à emergência de novos espaços ocupacionais aos assistentes sociais. Na verdade, os assistentes sociais já vêm atuando nesse campo, quer na gestão, quer na execução, o que lhes impõem novas questões e novos desafios teóricos, estratégicos e tático-operacionais (ANDRADE, 2004, p. 193).

É justamente no contexto social que o Assistente Social encontra seu foco de atuação, onde as classes populares aparecem de forma significativa. E esse fator também se apresenta no campo ambiental, pois são as classes populares as primeiras a serem atingidas e terem seus interesses postos em risco diante de uma ameaça concreta e imediata que venha a incidir na sua qualidade de vida e na possibilidade de sobrevivência em um determinado espaço. Por isso, são também os primeiros a se mobilizarem quando o assunto se refere à temática ambiental, por estarem as questões voltadas diretamente para o seu cotidiano.

Segundo Garcia (2005),

é aqui que o trabalho do assistente social tem um importante papel, já que é nos indivíduos mais desfavorecidos e em certos grupos que o fator ambiental incide mais diretamente e pode levar a uma problemática social. É sem dúvida um campo que nossa disciplina precisa desenvolver, pois, caso não o faça, outras disciplinas trabalharão com ele (GARCIA, 2005, p. 63).

Diante disso, é fundamental ressaltar e destacar a importância da atuação do Serviço Social no campo ambiental como competência profissional, embora ainda não assumida de forma tão intensa pela categoria.

Chama atenção que o meio ambiente, uma área que vem tendo cada vez mais espaço na mídia e nos meios acadêmicos, não tenha sensibilizado ainda como deveria a categoria dos Assistentes Sociais e que existam poucas publicações dentro da nossa área. Chama atenção, também, o desconhecimento que muitos profissionais têm das possibilidades

de atuação nesse campo, e como esse espaço está sendo ocupado por outros profissionais que não têm formação específica para a intervenção profissional qualificada.

O Serviço Social é uma profissão de intervenção na realidade social, que tem como seu objeto de atuação a questão social. Sob este ponto de vista, não deveríamos deixar de ocupar esse espaço, visto que aqui se compreende a degradação ambiental e a separação entre o homem e a natureza.

Diante dos aspectos teóricos e da realidade expostos até aqui é que ocorreu a implantação do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental do Educandário Santa Catarina, como competência do Serviço Social dentro da área de captação de recursos e como proposta de trabalho. Sendo que a sua elaboração, por escrito e de forma planejada, é uma concretização do projeto de intervenção.

Juntamente com a equipe técnica e a coordenação pedagógica, o Serviço Social deu início a uma série de atividades para a execução do projeto, a começar pelo planejamento de uma parada pedagógica, destinada aos funcionários do Educandário Santa Catarina, para apresentação do tema, buscando-se uma conscientização a respeito das questões sócio-ambientais na Instituição, o que, contudo, não foi possível concretizar; elaboração de boletins informativos, distribuídos para a comunidade educativa e para as famílias; realização de uma reunião com as funcionárias responsáveis pelo setor de copa e cozinha, com o intuito de conscientizar sobre a importância da separação do lixo, e motivar para que todos colaborem e incentivem os demais funcionários para que a separação dos resíduos seja feita corretamente.

Em consonância com essas ações, foram confeccionados cartazes para serem fixados em locais de fácil visualização, expondo questões sobre a educação ambiental e as atuações propostas dentro da Instituição.

Para Loureiro (2008), entende-se por educação ambiental

uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza (LOUREIRO, 2008, p. 69).

Dentro dessa perspectiva, o trabalho com a educação infantil se constitui um espaço de exercício da cidadania. É justamente nesse espaço de construção e transformação dos sujeitos – onde os direitos não são apenas conquistados, mas construídos ao longo da história – que o profissional do Serviço Social também se faz presente.

Dessa forma, dado o primeiro passo com a apresentação do projeto, se realizou a busca de parceiros que estivessem dispostos a colaborar e contribuir para a realização e implementação das ações. Foram realizados contatos com voluntários já conhecidos da Instituição, e também envolvidos com a questão ambiental, pois, havendo no projeto o objetivo de construção de uma horta escolar e uma composteira, era necessário buscar parceiros e conhecedores desse assunto para auxiliar na concretização dessas ações. Esses contatos foram realizados, e voluntários se colocaram à disposição para a colaboração na construção da horta e da composteira. Contudo, essas ações não chegaram a se concretizar por diversas dificuldades que se apresentaram, como a definição do local destinado para a realização dessas ações. Ficando como proposta de trabalho a ser incluída nas atividades pedagógicas para o próximo ano.

Outra ação proposta foi o envolvimento das crianças do III Período do Projeto Crescer, com idade de 4 a 6 anos, e as crianças do contra turno escolar do Projeto Despertar, com idade entre 7 e 11 anos, através do planejamento e da organização de oficinas de reciclagem, e atividades educativas que abordassem o tema do desenvolvimento sócio ambiental. Elas participaram de oficinas de reciclagem de papel, realizadas quinzenalmente na Instituição, onde professoras e multiplicadoras, responsáveis pela execução das oficinas, realizaram encontros com as crianças, ensinando todo o processo de confecção de folhas de papeis recicláveis.

Segundo Baptista (2003), dada a importância do planejamento

este refere-se, ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação a às providências (BAPTISTA, 2003, p. 65).

Assim sendo, através dessas oficinas, embora a maioria das turmas não tenha conseguido concluir todo o processo, foi possível verificar, nas avaliações realizadas posteriormente, o grande interesse que essa atividade despertou e o quanto as crianças envolvidas assimilaram os conhecimentos transmitidos.

Ainda com o foco direcionado para as crianças, foi realizada a “Tarde do Meio Ambiente”, onde, através de três oficinas: separação do lixo, reciclagem de papel e plantação de sementes em garrafas pet, as crianças do II e III Períodos e do Projeto Despertar (contra turno escolar), participaram das atividades com o objetivo de promover a conscientização e a educação ambiental.

As crianças aprenderam sobre o uso correto das lixeiras de coleta seletiva de lixo, como identificar cada cor, e o material que ela significa. Também puderam observar o processo da reciclagem de papel, desde a sua trituração em um liquidificador próprio, a confecção da polpa com microfibras de folhas – onde todos puderam sentir com o toque das mãos a sua textura –, e a retirada da tela, que após a sua secagem se tornaria a folha pronta para ser utilizada. Esta oficina chamou a atenção das crianças, que observavam com interesse cada passo, ansiosas e interessadas em ver o resultado final.



Fotografia 1 – Realização da Tarde do meio ambiente ESC. São José 2009.
Fonte: Serviço Social ESC 2009.



Fotografia 2 – Realização da Tarde do meio ambiente ESC. São José 2009
Fonte : Serviço Social ESC 2009

Por último, cada criança aprendeu como plantar sementes de diversas hortaliças e frutas em uma garrafa pet. Através da coordenação e orientação de uma professora, cada criança ouviu, inicialmente, algumas informações sobre o crescimento e desenvolvimento das plantas e o que seria necessário para confeccionarem, cada uma, a sua garrafa com a semente. Logo após, cada criança plantou a sua semente, levando para casa a sua garrafa. Esta atividade proporcionou um grande empenho em cada criança, pois ela pôde participar de todo o processo, ficando, ainda, na expectativa de ver crescer o que ela plantou.



Fotografia 3 – Realização da Tarde do meio ambiente ESC. São José 2009.
Fonte: Serviço Social ESC 2009.



Fotografia 4 – Realização da Tarde do meio ambiente ESC. São José 2009
Fonte : Serviço Social ESC 2009



Fotografia 5 – Realização da Tarde do meio ambiente ESC São José 2009
Fonte: Serviço Social ESC 2009.



Fotografia 6 – Realização da Tarde do meio ambiente ESC São José 2009
Fonte: Serviço Social ESC 2009.

Enfatizando essas experiências dentro da educação ambiental, Lima (2008) nos lembra que

perceber diferenças entre coisas aparentemente iguais, assim como semelhanças entre coisas aparentemente diferentes são experiências fundamentais e indispensáveis ao desenvolvimento da consciência e da sensibilidade. Daí, portanto, a necessidade do exercício da diferenciação, da comparação e do discernimento entre os fenômenos da realidade, não para negar a diversidade, mas para orientar o arbítrio individual, a formação da consciência humana, o processo de tomada de decisões e a construção da ação social dos indivíduos e grupos (LIMA, 2008, p. 129).

Com este enfoque, as ações realizadas com as crianças proporcionaram um olhar mais atento ao mundo que as cerca, e estimularam o compromisso com a preservação, dentro do contexto onde elas estão inseridas.

Dando continuidade à realização das ações propostas pelo projeto, se apresentou a necessidade da elaboração e realização de relatórios, contatos telefônicos e mapeamento de possíveis parceiros que poderiam estar participando e financiando as ações, de forma particular para a confecção da bolsa de lona e a oficina de reciclagem.

Como instrumental técnico por relatório entende-se a descrição da situação social com aspectos objetivos e subjetivos. O relatório é o instrumento que o profissional de Serviço Social se utiliza para poder se comunicar, argumentar, se posicionar, o que muitas vezes não consegue ou não pode fazer pessoalmente.

De acordo com Magalhães (2003),

relatório é a descrição ou o relato do que foi possível conhecer por meio do estudo, ou seja, um parecer ou exposição dos fundamentos de um voto ou de uma apreciação ou, ainda, qualquer exposição pormenorizada de circunstâncias, fatos, ou objetos (MAGALHAES, 2003, p. 60).

Desta forma, entende-se que a elaboração de relatórios é fundamental para a intervenção do Assistente Social, pois reúnem em si os elementos a respeito da situação estudada, dando condições, a quem o analisar, de tomar medidas, dar encaminhamentos e, acima de tudo, assegurar continuidade ao trabalho.

Para desenvolvimento do projeto da bolsa de lona, como já mencionado, seu objetivo seria o de comercialização dessas bolsas, sendo necessária, para a sua fabricação, a obtenção de uma máquina de costura industrial e a contratação de uma costureira e, futuramente, a possibilidade de auxiliar algumas famílias na complementação de renda. Já em relação às oficinas de reciclagem – que já possuem o equipamento necessário para a sua realização –, a proposta seria que os materiais confeccionados pelas multiplicadoras se tornassem comercializáveis, contribuindo posteriormente para auxílio na geração de renda de algumas famílias e para a sustentabilidade da Instituição e do projeto.

Como a prática de visitas domiciliares ou institucionais é um instrumental técnico do Serviço Social, se vislumbrou a necessidade da realização de visitas técnicas às empresas, buscando parceiros e ressaltando seu importante papel quanto à responsabilidade social, através da aquisição dos materiais produzidos, assim como a divulgação e financiamento dos mesmos.

Para Magalhães (2003, p. 54) “visita-se com o objetivo de completar dados, observar relações sociais em sua singularidade, no ambiente de convivência, seja este o lar, a escola ou outro espaço em que se efetivem as relações sociais dos usuários”.

Desses contatos, a primeira parceria estabelecida foi com a empresa Angeloni de Supermercados, que se prontificou em fornecer os banner utilizados pela empresa, para servir de matéria prima para a confecção das bolsas de lona. Das demais empresas e parceiros contatados, não ficou nenhuma parceria definida. Contudo, na continuidade dos projetos, esses contatos permanecerão como possíveis financiadores e parceiros para a realização das ações.

Desde o início de sua implementação e ao longo de todas as ações que vinham ocorrendo durante este processo, a avaliação se apresentou como aspecto indispensável e fundamental, pensando nas diferentes fases e objetivos, e da necessidade de possíveis mudanças em sua metodologia inicial, bem como a sugestão de uma avaliação dos impactos

do projeto no âmbito institucional, onde participassem a coordenadora geral da Instituição, as coordenadoras pedagógicas, professoras, pessoas voluntárias e as crianças. A avaliação foi realizada através de entrevistas e questionários, visando analisar os resultados alcançados e, a partir deste diagnóstico, o constante planejamento de ações que venham atender aos interesses e expectativas dos sujeitos envolvidos.

Dessa forma para Ávila (2001, p. 67),

a avaliação deve, portanto, abarcar: o processo decisório sobre os projetos; sua implementação; a coerência entre objetivos, estratégias e resultados; a correlação entre resultados previstos e resultados atingidos; a capacidade de inovação e adequação do projeto às demandas; a flexibilidade para introduzir alternativas com maior eficácia; e a cobertura e avanço nos padrões de qualidade almejados pelos usuários das ações das organizações.

Cabe aqui, dentro do processo de avaliação, uma breve abordagem a respeito dos desafios e dificuldades encontradas no decorrer da implantação do projeto.

A partir da sua elaboração e desde o início das primeiras ações em torno da implementação do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental no Educandário Santa Catarina, executado pelo Serviço Social, diversas dificuldades surgiram ao longo do seu percurso, sendo estas dificuldades internas e externas.

Em relação às dificuldades internas, estas no âmbito institucional, se deram em relação à equipe técnica como um todo, em aderir e acreditar na proposta e no projeto apresentado, dificuldade de se sentirem parte dele, de reconhecer a necessidade e a possibilidade de criar algo novo, onde todos pudessem participar para sua efetivação. Tal fato foi proveniente da falta de conhecimento da abrangência da temática proposta, no caso da educação ambiental e sobre as inúmeras possibilidades de trabalhos de se realizar dentro da sala de aula, ligada ao tema.

Segundo Pentado (2001),

é preciso dar um passo transformador. Esse passo aponta na direção de se orientar os trabalhos escolares por uma lógica ambiental, a fim de que passemos da *escola informativa* para a *escola formativa*. É preciso e possível contribuir para a formação de pessoas, capazes de criar e ampliar espaços de participação nas “tomadas de decisões” de nossos problemas sócio-ambientais (PENTADO, 2001, p.56).

Diante deste fator relevante e fundamental, proposto pelo projeto, verificou-se que não se atingiu a conscientização e educação da Instituição como um todo, incluindo equipe técnica e funcionários, a respeito do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Instituição, sendo um dos motivos desse entrave, o fato de não haver acontecido, durante a

sua implementação, uma parada pedagógica, com o objetivo de conscientizar e mobilizar a todos para participarem e aderirem às ações do projeto.

Esse trabalho, contudo, acabou acontecendo de forma isolada, porém de forma não menos relevante, pois estava articulado com as demais ações: era feito em paralelo durante reuniões com pequenos grupos, os quais participavam e se envolviam diretamente com a proposta, entre uma atividade ou outra, fazendo que, aos poucos, a informação fosse sendo disseminada.

Dessa forma se concluiu que, embora a temática meio ambiente e desenvolvimento sustentável seja um tema destacado nos meios de comunicação, ainda se sabe pouco a respeito, o que impossibilita vislumbrar as inúmeras possibilidades de ações que podem ser desenvolvidas em torno de uma educação da qualidade de vida, e principalmente, de respeito e comprometimento com as futuras gerações.

O Educandário Santa Catarina é uma instituição que possui uma estrutura e espaço físico – entre outros fatores – com capacidade para realizar inúmeras ações referentes à questão ambiental, voltadas para as crianças e seus familiares, e que proporcionem, através da implantação deste projeto, oportunidades de geração de renda e sustentabilidade econômica.

Entende-se sustentabilidade

como a propriedade de um processo que, além de continuar existindo no tempo, revela-se capaz de: manter padrão positivo de qualidade; apresentar, no menor espaço de tempo possível, autonomia de manutenção; pertencer, simbioticamente, a uma rede de coadjuvantes também sustentáveis; e, por fim, promover a dissipação de estratégias e resultados, em detrimento de qualquer tipo de concentração e/ou centralidade, tendo em vista a harmonia das relações sociais (CREDIDIO, 2008, p. 19).

Para tanto, é necessário que toda a Instituição, desde a sua diretoria até a cada criança atendida, tomem conhecimento da importância deste projeto e das inúmeras oportunidades que se abrem através da proposta do desenvolvimento sócio ambiental.

Vale ainda ressaltar o destaque que tiveram a iniciativa e participação de funcionários, que compreenderam e aderiram ao objetivo proposto, e se dedicaram para desempenhar com entusiasmo as suas atividades. Cita-se o exemplo de uma professora e da multiplicadora, responsáveis por realizar as oficinas de reciclagem com as crianças que concluíram todo o processo, chegando a confeccionar blocos de anotações para serem utilizados pelas crianças. A mesma professora, por iniciativa própria e em paralelo com as ações do projeto, elaborou com as crianças a plantação de mudas de flores e hortaliças em

garrafas pet, onde cada uma presenciou, em sala, o desenvolvimento das sementes, até se tornarem uma pequena muda, pronta para ser colocada em um canteiro. Através dessa atividade, proporcionou às crianças inúmeros conhecimentos a respeito do tempo de vida de cada hortaliça e dos cuidados com a terra, bem como atividades pedagógicas trabalhando a linguagem, a escrita e a matemática, entre outros.

Dentro desta perspectiva, Penteadó (2001, p. 57) nos pontua que

o trabalho escolar com a informação nesta dimensão, portanto, ultrapassa a mera acumulação de informações por parte do aluno, tendo por meta principal fazer da informação um “instrumento de conhecimento do aluno”, “uma ferramenta” para a compreensão e o desenvolvimento do mundo que o cerca, para além das aparências imediatas. Visa transformar o conhecimento de senso comum, de cunho imediatista e não questionador, num conhecimento mais elaborado, questionador e reflexivo.

Revela, dessa forma, a importância da atuação do profissional em sala de aula, como mediador desse contato com o mundo da informação, de forma teórica e prática ao mesmo tempo.

Através das avaliações realizadas ao longo do projeto, pareceres de pessoas que aderiram à proposta surgiram como resultado das ações desenvolvidas, revelando o interesse em participar do projeto.

De todos os fatores que contribuíram para a realização do Projeto de intervenção, mesmo em meio a todas às dificuldades encontradas, sem dúvida alguma o fator fundamental foi o envolvimento e a participação total da Assistente Social Supervisora de Campo, responsável pelo projeto, que, desde o primeiro momento de elaboração e criação, se comprometeu totalmente para a sua realização, estando presente em todos os momentos, sempre buscando estratégias de ações criativas e possíveis de se realizarem dentro da realidade institucional, para que o projeto pudesse alcançar os objetivos propostos.

Tal característica inovadora de atuação do profissional de Serviço Social vem confirmar o que para a categoria é imprescindível dentro do seu projeto ético-político no desenrolar de seu trabalho profissional.

Onde segundo Iamamoto (2005),

tal perspectiva reforça a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, com o respeito aos usuários, investindo na melhoria dos programas institucionais, na rede de abrangência dos serviços públicos, reagindo contra a imposição de crivos de seletividade no acesso aos atendimentos. Volta-se para a formulação de propostas (ou contra propostas) de políticas institucionais criativas e viáveis, que alarguem os horizontes indicados, zelando pela eficácia dos serviços prestados. (IAMAMOTO, 2005, p. 80).

Cabe ao Serviço Social, frente a essa realidade – e diante desta temática inovadora e ainda tão pouco explorada pela categoria –, se apropriar dos conhecimentos necessários a fim de desenvolver projetos e trabalhos como estes, bem como estar envolvido em tudo o que diz respeito a novas alternativas de sustentabilidade e desenvolvimento de nossa sociedade, sem ferir ou esgotar os recursos naturais do nosso ecossistema, mais comprometido com uma nova proposta de integrar o “social” e o “ecológico”.

Assim sendo, se faz necessária uma atuação profissional, que não se detenha com os obstáculos, mas sempre agindo de forma profissional e coerente com a sua formação e princípios, tendo presente que os entraves e desafios fazem parte da atuação do profissional de Serviço Social, seja qual for o seu campo de atuação. O profissional necessita estar totalmente engajado com a proposta do Serviço Social na contemporaneidade, através de uma ação crítica e propositiva frente aos desafios do nosso tempo.

São justamente esses entraves que se apresentam cotidianamente nos campos de atuação onde o Serviço Social se faz presente, e que, segundo Iamamoto (2005)

requer um profissional informado, culto, crítico e competente. Exige romper tanto com o teorismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos. Demanda competência, mas não a competência autorizada e permitida, a competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das “normas” da instituição, da burocracia. O requisito é, ao inverso, uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social (IAMAMOTO, 2005, p. 80).

Diante dos desafios postos e enfrentados no decorrer da implantação do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental do Educandário Santa Catarina, aqui então apresentado, emerge mais uma vez a necessidade de atuação de um profissional crítico e propositivo, voltado para as necessidades de seu tempo, capaz de vislumbrar em meio às dificuldades e obstáculos impostos, a capacidade de encontrar estratégias de ações viáveis para o alcance dos seus objetivos, bem como a ousadia de sonhar e participar na construção de um futuro onde todos se sintam pertencentes e participantes dos rumos e da trajetória de nossa sociedade e do mundo em que vivemos.

Dessa forma, o papel do Serviço Social, intervindo nas questões ambientais, revela o seu compromisso para a concretização da sustentabilidade, partindo do princípio que somente é possível mudar o coletivo a partir de mudanças individuais, onde a principal

contribuição do profissional, ante esse desafio, se dá especificamente no compromisso individual através da vivência e comunicação de valores e atitudes mais sustentáveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental vem, ao longo dos anos, tornando-se cada vez mais o centro das atenções de diversas áreas do conhecimento, em vista do quadro de degradação constante para o qual se encaminham os recursos naturais, por conta do uso irresponsável e inadequado do modelo de desenvolvimento adotado pelas grandes nações.

O envolvimento dos Assistentes Sociais com as questões ambientais está diretamente relacionado ao seu compromisso com a garantia de direitos de cada pessoa, tendo em vista que a garantia da qualidade de vida e dos direitos sociais das populações está ligado diretamente com a qualidade do meio ambiente em que elas estão inseridas. A atuação mediadora do profissional deve proporcionar, através de projetos voltados à questão ambiental, uma mudança profunda nas relações da sociedade com a natureza.

A partir da realização de todo o processo de estágio, e da construção e implementação do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental do Educandário Santa Catarina, foi possível levantar uma série de questionamentos e reflexões que tratam da articulação da temática à atividade profissional, e a inclusão desta no rol de direitos preteridos.

A questão ambiental, embora seja um tema em debate constante na atualidade, é ainda uma área que conta com a participação inexpressiva do profissional de Serviço Social, sem contar com as inúmeras possibilidades de intervenção que podem ocorrer junto à população usuária. O Assistente Social possui a formação necessária para compreender que a degradação ambiental e a separação entre homem e a natureza se constituem como expressão da questão social.

Dentro dessas considerações surgem o questionamento e a dificuldade encontrados durante o processo de implementação do Projeto de Desenvolvimento Sócio Ambiental dentro da Instituição, ou seja, de fazer com que a equipe técnica, responsável pela concretização das ações propostas, compreendesse a importância e o alcance que tal projeto traria não somente em vista da sustentabilidade econômica – um dos objetivos propostos –, mas, em relação à conscientização ambiental, de forma particular no trabalho com as crianças, por ser o Educandário Santa Catarina uma entidade de caráter assistencial e de educação infantil.

Tal fator revela e destaca ainda mais a importância da atuação do profissional de Serviço Social atuando neste processo de conscientização e preservação em torno das

questões ambientais sejam elas em âmbito institucional bem como nas demais áreas de atuação.

O Educandário Santa Catarina possui uma série de possibilidades de ações a serem implantadas em torno desta temática, promovendo a qualidade de vida, bem como a conscientização ambiental e o compromisso com as gerações futuras. Para tanto, é necessário que a Instituição vislumbre a importância desse projeto e as inúmeras possibilidades em torno da proposta do desenvolvimento sócio ambiental.

Ao Serviço Social cabe, diante deste campo de atuação inovadora, se apropriar dos conhecimentos necessários, propondo estratégias de ação para a implementação de um novo modelo econômico de desenvolvimento sustentável, onde todos possam ter acesso à qualidade de vida, direito este preservado para as futuras gerações.

Por fim se conclui que há, em meio à produção bibliográfica, uma escassez de publicações com estudos mais aprofundados pela temática do meio ambiente. Grande parte da bibliografia utilizada foi trazida de publicações realizadas por outras categorias profissionais.

Contudo, acredita-se que, em breve, teremos publicações voltadas para o tratamento desta questão, em que os artigos serão resultados de pesquisas, análises e estudos realizados por Assistentes Sociais. Tratar de questões relacionadas ao meio ambiente é tratar de questões que estão presentes em nossa realidade, seja no atendimento a demandas que têm sua gênese vinculada a esta temática, seja como resultado de uma ação que esteja vinculada à mesma, seja como indivíduos sujeitos aos efeitos e consequências das relações estabelecidas entre a sociedade e o meio ambiente.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Humberto Prates da Fonseca. **Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana**. Revista Brasileira de Estudos de População, 2006, vol.23, n.1.

ANDRADE, Joaquina Barata Teixeira de. **Desenvolvimento sustentado e meio ambiente**. Revista Serviço Social e Sociedade, Cortez, 2004.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Ed. Tomo, 2000.

ÁVILA, Célia M. de(coord.). **Gestão de projetos sociais**. 3º Ed. São Paulo, AAPCS 2001.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: Intencionalidade e Instrumentação**. São Paulo, Ed Veras, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. LOAS (1993). **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF: 1993.

COHEN, Ernesto, FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Vozes, RJ, 1993.

CREDIDIO, Fernando. **Sustentabilidade: Você sabe o que significa essa palavra?** Revista Filantropia, nº 35, Ano VII, 2008.

CRESS. Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993, e Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Coletânea de Leis – CRESS 10ª Região. Porto Alegre, 2000.

CRUZ, Cecília Meireles. ESTRAVIZ, Marcelo. **“Ongs: repensando sua prática de gestão**. Abong „Julho de 2007”.

DEMO, Pedro. **Política social, Educação e cidadania**. São Paulo, Papirus, 1994.

DOWBOR, Ladislau. A gestão social em busca de paradigmas. In: RICO, Elizabeth de Melo, DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (orgs). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo, EDUC; IEE, 1999.

GARCIA, Luiz Miguel Rondon. O meio ambiente como fator de desenvolvimento: uma perspectiva a partir do Serviço Social. In: GÓMEZ, José Andrés Domingues; AGUADO, Octavio Vázquez; PEREZ, Alejandro Gaona. **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2007.

GÓMEZ, José Andrés Domingues; AGUADO, Octavio Vázquez; PEREZ, Alejandro Gaona. **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2º ed., Cortez, SP; 2005.

IRIGALBA, Ana Carmem. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: GÓMEZ, José Andrés Domingues; AGUADO, Octavio Vázquez; PEREZ, Alejandro Gaona. **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2007.

Lei de diretrizes e bases da educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 In: Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do(a) assistente social. Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região (org.) Diretoria Provisória, São Paulo, 2006, p. 378 - 410.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Carvalho. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº8, ano VI, 2007.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa Lima. **CRISE AMBIENTAL, EDUCAÇÃO E CIDADANIA: os desafios da sustentabilidade emancipatória**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de(orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo, Cortez, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de(orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem**: relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2ª ed., Cortez/EDUC, SP; 1998.

MENDES, Thais. **Revista Filantropia, Responsabilidade Social e Terceiro Setor**. Ed 26 ano V, 2006.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Perícia Social**: proposta de um percurso operativo. Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XXII, nº 67, São Paulo: Cortez, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. São Paulo:cortez, 2002.

NETO, Otavio Cruz; GOMES, Neto. **Pesquisa Social: Teoria, métodos e criatividade**. 22.ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2003.

NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial, A Administração do Terceiro Setor**. Ed Qualitymark, 2º ed. 2002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo**, São Paulo,Cortez, 1992.

PAZ, Rosangela dias O. **O que é ONG ? Serviço Social e sociedade**. São Paulo, cortez, n.54, ano XVIII, 1997.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

PÉREZ, Alejandro Gaona. Necessidades de formação do assistente social no campo ambinetal. In: GÓMEZ, José Andrés Domingues; AGUADO,Octavio Vázques; PEREZ, Alejandro Gaona. **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2007.

REIS, Liliane G. da Costa. **Desafios para o Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_dez99.cfm: Acesso 16/05/2009

RODRIGUES, Maria Lúcia (Org). **Ações e interlocuções: estudos sobre a prática profissional do assistente social**. 2.Ed. São Paulo: Veras, 1999.

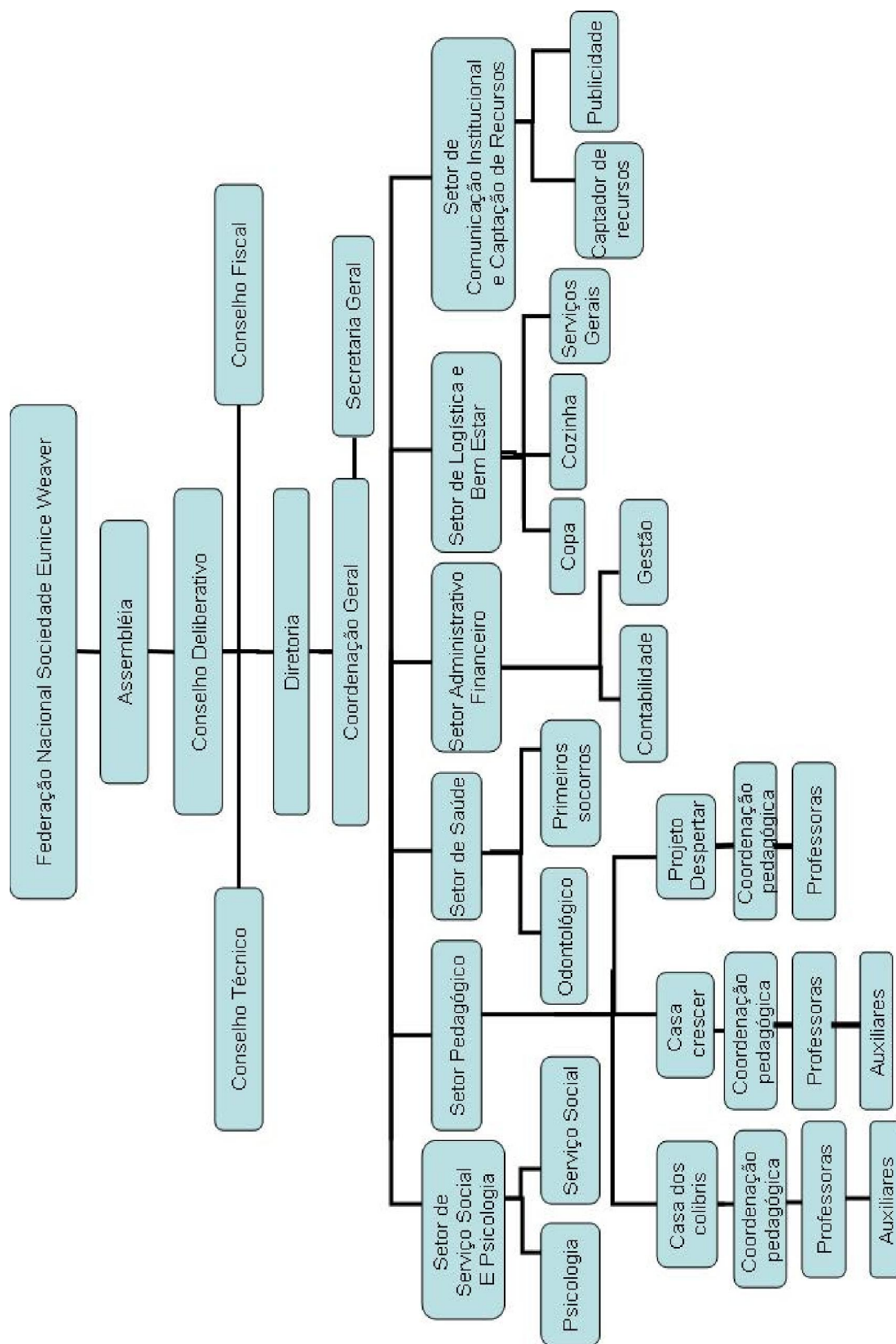
SALADO, Rigéria. **Idéias que sustentam ideais.** Revista Filantropia. Responsabilidade social e terceiro setor. Ed 24 ano V, 2006.

SANTOS, Vera Núbia Santos. **Terceiro Setor no Serviço social Brasileiro.** Serviço Social e sociedade, São Paulo, Cortez, nº 91 ano XXVIII, 2007.

SOUSA, Perci Coelho de. **Serviço Social e Informática.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência Social na Trajetória das políticas sociais brasileiras.** Cortez, São Paulo, 8º ed., 2003.

ANEXO



Organograma da instituição
 Fonte primária: Educandário Santa Catarina 2008